



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS V  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**ANDRESA CARRILHO DE SIQUEIRA OLIVEIRA**

**POLÍTICA EXTERNA JAPONESA: UMA ABORDAGEM ESTRATÉGICA EM  
RELAÇÃO À ASCENSÃO CHINESA NO PÓS-GUERRA FRIA.**

**JOÃO PESSOA  
2016**

**ANDRESA CARRILHO DE SIQUEIRA OLIVEIRA**

**POLÍTICA EXTERNA JAPONESA: UMA ABORDAGEM ESTRATÉGICA EM  
RELAÇÃO À ASCENSÃO CHINESA NO PÓS-GUERRA FRIA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

**Área de concentração:** Política Externa.

**Orientador:** Prof. Dr. Henrique Altemani Oliveira

**JOÃO PESSOA  
2016**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

O482p Oliveira, Andresa Carrilho de Siqueira  
Política externa Japonesa [manuscrito] : uma abordagem estratégica em relação à ascensão chinesa no pós-guerra fria. / Andresa Carrilho de Siqueira Oliveira. - 2016.  
60 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2016.

"Orientação: Prof. Dr. Henrique Alternani Oliveira, Departamento de Relações Internacionais".

1. Japão. 2. Política externa. 3. Ásia-Pacífico. I. Título.

21. ed. CDD 327.5

ANDRESSA CARRILHO DE SIQUEIRA OLIVEIRA

POLÍTICA EXTERNA JAPONESA: UMA ABORDAGEM ESTRATÉGICA EM RELAÇÃO À  
ASCENSÃO CHINESA NO PÓS-GUERRA FRIA

Monografia apresentada ao Curso de Relações  
Internacionais da Universidade Estadual da  
Paraíba.

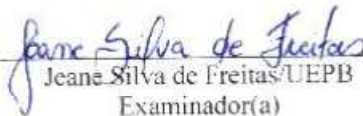
Aprovado(a) em 25 / 10 / 2016.



Henrique Alternani Oliveira /UEPB  
Orientador(a)



Gabriela Gonçalves Barbosa/UEPB  
Examinador(a)



Jeane Silva de Freitas/UEPB  
Examinador(a)

Às mulheres da minha vida, Eunice (avó)  
e Andréa Carrilho (mãe), DEDICO.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, por ter me permitido concluir mais um ciclo da minha vida e por ter me dado forças nos momentos mais difíceis.

À minha mãe, Andréa Carrilho, por todo seu suporte e amor. Sem suas sábias palavras, eu não teria conseguido concluir esta etapa.

Ao meu pai, Nancildo Oliveira, pelos seus direcionamentos e apoio. Sem dúvida, sua presença neste momento da minha vida foi de extrema importância.

Aos meus familiares, por todo o carinho e atenção que me deram ao longo desses anos.

Aos meus amigos e companheiros, que se tornaram minha família nesse tempo. Não tenho palavras para expressar minha gratidão.

A Ezequiel Fidelix, por sua compreensão e conselhos. A jornada se tornou mais fácil por saber que você estava, mesmo distante fisicamente, ao meu lado.

Agradeço, de forma especial, à Ana Cristina, por todo o apoio e paciência. Sua amizade foi essencial para mim.

Agradeço, igualmente, a Késsio Lemos, Paulo César, Matheus Montenegro e Amanda Arruda, por terem me apoiado e motivado nos momentos mais delicados.

A todo o corpo docente do curso de Relações Internacionais da UEPB, por sua dedicação diária na transmissão do conhecimento.

Ao Professor Henrique Altemani, por sua orientação, paciência e conhecimento. Me sinto honrada por ter tido a oportunidade de aprender com o senhor. Obrigada.

À Dona Eva, por toda a sua receptividade e atenção para comigo. Sua generosidade tranquilizou os meus dias.

Em conclusão, a todos que estiveram presentes neste ciclo da minha vida, a minha eterna gratidão.

*“By this I mean that a political society does not live to conduct foreign policy; it would be more correct to say that it conducts foreign policy in order to live.” — George F. Kennan.*

## RESUMO

Apesar da política externa japonesa muitas vezes ser reconhecida como reativa, igualmente, se torna possível distingui-la por uma notória pró-atividade estratégica. Um desses momentos pode ser encontrado no período após a Guerra Fria, em que a crescente ascensão chinesa provocou uma redistribuição de poder na Ásia-Pacífico. Este fato acabou por provocar uma mudança nas diretrizes de política externa japonesa frente a esse desafio. Sendo assim, este trabalho se propõe a identificar a estratégia contida na política externa japonesa no pós-Guerra Fria. Para alcançar esse objetivo, uma revisão histórica de momentos chave foram utilizados no mapeamento da política externa japonesa. Utilizando-se do método indutivo, da narrativa histórica e bibliográfica, percorre-se, concisamente, os momentos chave: i) Revolução Meiji, ii) Primeira e Segunda Guerra Sino-japonesa, iii) Primeira e Segunda Guerra Mundial, iv) Crescimento japonês pós-45, v) Movimentos de integração regional e ascensão chinesa, e, vi) Crise asiática. Ao fim, delinea-se a adaptação japonesa no século XXI, principalmente, no que tange à relação sino-japonesa. Não obstante, a relação do Japão com os Estados Unidos é também destacada ao longo do trabalho, visto que a mesma é elemento crucial nas tomadas de decisão do governo japonês. As considerações levantadas ao final, apontam para a dualidade presente na linha de política externa traçada, podendo, assim, assumir de igual maneira um caráter mais impositivo ou brando. No entanto, esse posicionamento dependerá, principalmente, de como a relação triangular entre Japão, China e Estados Unidos se configurará nos próximos anos.

**Palavras-chave:** Japão. Política Externa. Ásia-Pacífico.



## ABSTRACT

Although the Japanese foreign policy has been considered for many times as reactive, it also can be seen through a notorious strategic proactivity. One of those strategic moments can be found after the Cold War period, due to the Chinese's rise, which provoked a rebalance of power in the Asia-Pacific. This fact incited a change in the Japanese foreign policy guidelines. Based on that, this work proposes to identify the strategy in the post-Cold War conjuncture. In order to achieve it, an historical review of the Japanese foreign policy's key moments was made. Through the inductive method, an historical and bibliographical narrative draws, concisely, those occasions: i) Meiji Restoration; ii) The First and Second Sino-Japanese War; iii) The First and Second World War; iv) Japanese growth after 1945; v) Regional integration movement and the China's rise; vi) Asian Financial Crisis. At the end, an outline was developed regarding the Japanese adjustment in the 21st Century, mainly, focusing on the sino-japanese relations. Moreover, the relation between Japan and the United States was also highlighted in this work, since it is a crucial influence for the Japanese government decision-making. The final considerations displayed point to a dualism present in the foreign policy assessed, which in the same way can assume equally a more forceful or mild character. Nonetheless, this position will depend mostly on how the US-Japan-China triangular relation are set up in the coming years.

**Keywords:** Japan. Foreign Policy. Asia-Pacific.

## **LISTAS DE FIGURAS**

Figura 1 – Expansão geográfica japonesa até 1930 .....	26
Figura 2 – China, EUA e Japão no Complexo de Segurança do Nordeste Asiático .....	46

## **LISTAS DE MAPAS**

Mapa 1 – Primeira Guerra Sino-Japonesa (1894-1895) .....	22
Mapa 2 – Invasão Japonesa à Manchuria (1931) .....	28

## LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APEC	Asia-Pacific Economic Cooperation Forum
ASEAN	Association of Southeast Asian Nations
DFAT	Departamento de Relações Exteriores e Comércio
EAC	East Asian Community
EAS	East Asia Summit
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
GATT	General Agreement on Tariffs and Trade
MITI	Ministry of International Trade and Industry
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
PAFTA	Pacific Asian Free Trade Area
PAFTAD	Pacific Trade and Development Conference
PBEC	Pacific Basin Economic Council
PCJ	Partido Comunista Japonês
PDJ	Partido Democrático do Japão
PECC	Pacific Economic Cooperation Conference
PLD	Partido Liberal Democrata
PNB	Produto Nacional Bruto
PSJ	Partido Socialista do Japão
RECP	Regional Comprehensive Economic Partnership
RPC	República Popular da China
TPP	Trans-Pacific Partnership
TPSEP	Trans-Pacific Strategic Economic Partnership
TTIP	Transatlantic Trade and Investment Partnership
USTR	United States Trade Representative
ZEE	Zonas Econômicas Especiais

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>1 PRÓLOGO (1853-1945)</b> .....	16
1.1 PROTAGONISMO JAPONÊS NO CENÁRIO INTERNACIONAL .....	20
<b>2 UMA POLÍTICA EXTERNA ESTRATÉGICA</b> .....	31
2.1 CRESCIMENTO JAPONÊS PÓS-45 .....	31
2.2 INTEGRAÇÃO REGIONAL E A ASCENSÃO CHINESA .....	35
2.3 DÉCADA DE 90: O DECLÍNIO JAPONÊS .....	40
<b>3 JAPÃO NO CONTEXTO INTERNACIONAL DO SÉCULO XXI</b> .....	45
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	53

## INTRODUÇÃO

O crescimento das potências asiáticas nos últimos anos vem sendo tema recorrente no âmbito político-econômico, por vezes, transbordando para as demais áreas. A conjuntura do século XXI, abre alas para novas grandes potências regionais ao redor do mundo. Na Ásia-Pacífico não seria diferente. Ademais do acelerado desenvolvimento chinês, há o destaque econômico sul-coreano, o incrível campo financeiro em Singapura, e os Novos Tigres Asiáticos<sup>1</sup>, por exemplo. Não obstante, o Japão mantém-se como uma grande economia, e em termos de qualidade de vida, está à frente dos demais países da região.

Contudo, a balança de poder na Ásia-Pacífico tende a sofrer um *rebalance*, principalmente, pela China e Japão. A primeira, assumindo a liderança econômica na região, se faz presente nos processos de integração e lidera ações internacionais, ao passo que o Japão se encontra debilitado pela deflação, enquanto busca por uma posição de liderança na região. Nada obstante, há os conflitos do passado entre os dois países que os impedem de terem uma relação amistosa.

Isto posto, não se pode negar que Tóquio se configura como um dos eixos de poder na região asiática, devido as suas capacidades econômicas, tecnológicas, e ao seu alinhamento com os Estados Unidos. Visto que, apesar das crises econômicas, ainda assim, o Japão se mantém dentre as potências mundiais. Entretanto, tal posicionamento não pode ser enquadrado apenas como um bom gerenciamento interno, ou, como resultado de uma política reativa.

Há uma perspectiva de que as decisões podem ser explicadas pela pressão do sistema internacional, fazendo assim parecer que a política externa possui um caráter predominantemente reativo. No entanto, igualmente, percebe-se que existe uma estratégia na movimentação do governo japonês. Táticas essas que, para serem compreendidas, se faz necessário observar as perspectivas adotada pelo governo japonês em cada momento chave da sua linha histórica, para assim relacionar o seu desenvolvimento e suas tomadas de decisões.

No entanto, entende-se que não é possível esgotar as infinitas variáveis existentes, no que tange uma profunda análise da política externa, em poucas páginas. Deste modo, este trabalho propõe uma sucinta análise, elucidando, ao seu decorrer, a perspicácia implícita na estratégia adotada em suas ações externas.

---

<sup>1</sup> Indonésia, Malásia, Tailândia, Filipinas e Vietnã.

Assim sendo, o objetivo deste trabalho consiste em identificar a estratégia contida na política externa japonesa, evidenciada no pós-Guerra Fria, com a palpável ascensão chinesa no cenário internacional. O mesmo é construído a partir do método indutivo, com bases bibliográficas, documentais e teóricas para tal, visto que será feita uma abordagem dos pontos principais da política externa japonesa, sendo dividida em três momentos:

No primeiro, de maneira essencial, um rápido marco histórico é apresentado, com a finalidade de ressaltar o recorte temporal que influencia os relacionamentos diplomáticos de Tóquio e até mesmo as suas ações externas até os dias atuais. Contudo, como destacado, não é a proposta deste esmiuçar toda a conjuntura, visões e atores envolvidos no contexto da época, limitando-se, assim, apenas ao esclarecimento histórico das principais diretrizes japonesas.

Assim, no segundo, é realizado um conciso detalhamento da política externa japonesa adotada no decorrer da Guerra Fria, ressaltando suas principais motivações. A periodização utilizada, de quinze em quinze anos, indica alterações e/ou adaptações em sua definição, tanto em decorrência de determinantes domésticos quanto de pressões externas. Não obstante, destacam-se pontos como a integração na região da Ásia-Pacífico e as percepções do posicionamento chinês.

No último, aborda-se o contexto do pós-Guerra Fria, as implicações para o século XXI e as pretensões japonesas enquanto ator regional e global. Desse modo, inclui-se a interpretação da atuação chinesa como um contraponto ao interesse nacional japonês. Porém, importa ressaltar, o contexto histórico chinês e suas respectivas visões não serão esgotadas no presente trabalho. Serão avaliadas, assim, apenas questões pontuais, como ideologias e tomadas de decisão chinesas que influenciam o governo japonês a agir no cenário internacional.

Isto posto, entende-se a impossibilidade de não se ressaltar o relacionamento Estados Unidos-Japão, igualmente o do Japão e a região asiática. Entretanto, tais colocações serão expostas como fatores que corroboram para a ação de política externa, compreendendo-se a complexidade de tal análise, e não apenas como simples motivos da mesma.

Ao fim, considerações são levantadas a respeito da estratégia utilizada pelo Japão e de como ela se configurará nos anos com o fim da bipolaridade e a ascensão de novos atores no sistema, como a própria China. A presença dos Estados Unidos na Ásia-Pacífico também será um fator relevante desse posicionamento.

As reflexões nos três momentos apontados cobrem as cinco mudanças fundamentais no ordenamento do Leste Asiático, sugeridas por Pyle (2006; 2007), e que condicionaram o desenvolvimento da política externa do Japão: i) o colapso do sistema sinocêntrico e o estabelecimento do sistema imperialista ocidental na metade do século XIX; ii) o fim do sistema imperialista no final da 1ª. Guerra Mundial e o início de um novo sistema de inspiração americana a partir de diversos tratados negociados na Conferência de Washington (1921-22); iii) a desintegração deste sistema americano e o ambiente anárquico da década de 1930 forçando o Japão a buscar impor sua própria ordem no Leste Asiático; iv) a destruição da nova ordem do Japão e o estabelecimento de uma nova ordem liberal dominada pelos Estados Unidos (EUA) e o início da Guerra Fria; e v) o fim do sistema bipolar da Guerra Fria com o colapso da União Soviética em 1989.

É patente que Pyle prioriza em suas análises o fator externo como indutor das inflexões presentes na definição da política externa japonesa e enfatiza a dimensão do poder nas propostas e definições de novos sistemas e novas ordens no Leste Asiático a partir da segunda metade do século XIX.

Neste sentido, é igualmente pertinente a reflexão de Nye de que “como a Grã-Bretanha, na metade do século XIX, Estados Unidos depois da Guerra Fria é um poder preponderante mas não dominante” (NYE, 2001, p. 102). Esta afirmação de Nye está inserida em um texto no qual busca se defender das ironias de como “alguém tão associado ao conceito de interdependência transnacional poderia ter ajudado a construir um relatório tão altamente associado ao pensamento realista” (NYE, 2001, p. 95).

Nye está se referindo a um relatório que desenvolveu para o Departamento de Estado dos EUA em 1995 ponderando que avaliações sobre o contexto do Leste Asiático tendem a se concentrar na dimensão da segurança visto a permanência de uma série de questões conflitivas ainda não resolvidas e priorizando a não reconciliação entre Japão e China, como ocorreu entre Alemanha e França no contexto da União Europeia e da OTAN. Aponta no início do relatório que *Security is like oxygen: you do not tend to notice it until you begin to lose it. The American security presence has helped to provide this ‘oxygen’ for East Asian development* (NYE, 2001, p. 95-96).

Se no Pós-Guerra Fria, a dimensão segurança é ainda prioritária nas análises sobre a região do Leste Asiático, era diferente na metade do século XIX quando das intervenções europeias (com a presença dos EUA) no sistema sinocêntrico? Ou nos conflitos envolvendo



Japão, China, Coreia e Rússia no final do século XIX e início do XX? Idem na Conferência de Washington ampliando o poder naval de Estados Unidos e Grã-Bretanha no Oceano Pacífico em detrimento do Japão e mesmo no projeto japonês da Esfera de Coprosperidade do Grande Leste Asiático?

## 1 PRÓLOGO (1853-1945)

O contexto mundial do século XIX, é marcado por grandes navegações de potências capitalistas em busca de recursos materiais, comércio, guerras e influência. Por conseguinte, é também neste século que ocorre a queda de vários impérios. À vista disso, no Pacífico, os países asiáticos, já vinham sofrendo com intervenções das potências da época.

Em específico, o Japão encontrava-se em estado de alerta desde 1638. Ano esse em que a Rússia, após ter realizado um acordo comercial de peles com a China, cruzou a Sibéria até o Pacífico, almejando efetuar uma parceria econômica também com o Japão (HALL, 1988, p.227-228). Contudo, não foi nesse momento em que o Japão decidiu abrir mão da sua política de isolamento ao mundo externo.

Não obstante, outra potência a requerer uma parceria econômica com o Japão, foi a Inglaterra, em 1820, visando principalmente o abastecimento de suas frotas na região. No entanto, sua insistência não perdurou por muito tempo, pois a sua atenção no Pacífico desviou-se em decorrência da Guerra do Ópio (1839-1842) na China. Finalmente, Estados Unidos foi a terceira potência ao tentar uma abertura comercial com o país nipônico, com tentativas em 1837 e 1846, para obter resultados positivos apenas em 1853 através das negociações empreendidas pelo Comodoro Perry. (HALL, 1988, p.229-231).

Todavia, essa iniciativa à abertura também possuía raízes na percepção de ameaça ante a conjuntura internacional, em especial, após a notícia da derrota do Império Qing na Guerra do Ópio. Os líderes do shogunato (os shoguns<sup>2</sup>) recearam que o mesmo pudesse ocorrer com o Japão, caso eles continuassem a se opor a uma abertura. Assim, optou-se por uma suavização da política de isolamento. Abolindo, dessa forma, o decreto de rejeição ao estrangeiro e permitindo o abastecimento de água e combustível a qualquer embarcação que chegasse à costa do país (TANAKA, 2011, p.168).

Compreende-se que o consentimento dado às exigências do Comodoro Perry, igualmente baseava-se na observação e receio japonês de se “tornar uma nova China”, ao enfrentar uma potência ocidental em condições militares desfavoráveis. Desse modo, a estratégia nipônica não residia apenas em uma sujeição ao estrangeiro, mas a mesma era

---

<sup>2</sup> O título, que significa ‘general’, era dado aos governantes militares que controlavam o Japão em nome do Imperador.

necessária para que fosse possível aprender algo com o diferente (as potências), até o momento em que o Japão fosse capaz de tratá-las em par de igualdade (PANIKKAR, 1965, p.215).

Em 31 de março de 1853, acordou-se, então, o tratado entre Estados Unidos e Japão. Marco esse que desencadeou mais tratados do Japão com outros países, tais como a Rússia e Holanda. Entretanto, essa decisão de abertura não foi acatada por todos no país. As oposições internas, principalmente dos nacionalistas, acabaram enfraquecendo o shogunato. A instabilidade interna, deixou brechas para que os Estados Unidos propusessem mais dois tratados, tidos, a posteriori, como desiguais. E, dentre eles estava o de extraterritorialidade, firmado em 1858 (PANIKKAR, 1965, p.216).

Enquanto isso, a reestruturação econômica após a abertura, em 1859, ocasionou o aumento da demanda pela fabricação de produtos alimentícios, de seda, e outros. O efeito disso foi a escassez de bens de consumo e insumos para a produção doméstica, além da alta dos preços dos grãos e do sal. A resposta dessa reestruturação veio também em forma de inflação, devido a especulação monetária, pois o valor da prata no Japão, em relação ao ouro, era cinco vezes maior do que no exterior (TANAKA, 2011, p.174).

A conjuntura interna agudizou o posicionamento dos nacionalistas que defendiam o imperador e o isolacionismo, propiciando, assim, choques conflituosos no território nacional. O movimento contra os shoguns e de cunho xenófobos foram recorrentes até 1868. Apenas com a morte do último shogun Tokugawa Yoshinobu (1867), houve a inevitável necessidade de se criar um novo centro de autoridade. Esse que teve o Imperador Meiji Matsuhito (1852-1912) como figura principal, destruindo assim o sistema duplo de governança (entre soberano reinante e a autoridade que governava) no qual residia o shogunato (HALL, 1988, p.235-243).

A unificação significou, assim, a extinção do feudalismo, com a cessação do poder de arrecadação dos feudos. [...] Os chefes dos maiores feudos ocidentais, os de Satsuma, Tosa, Chosu e Hizen, fizeram questão de entregar publicamente os seus feudos ao imperador. O exemplo foi de imediato imitado e seguido por todos os outros feudos (SOBRINHO, 1990, p. 43).

Assim, o governo imperial da época se tornou a Era Meiji, e a capital do país foi para Edo - atual Tóquio. Desse modo, inicia-se a modernização do Japão, ou que podemos também chamar de **Restauração** ou **Revolução Meiji**.

La Restauración demostró ser algo más que un simple reajuste de influencias políticas. Mientras el acuerdo político inicial de enero de 1868 había dado como resultado una coalición claramente conservadora, compuesta de príncipes imperiales, nobles de la corte, daimyo, y sus agentes, el impulso del cambio político, y más aún de las reformas sociales e económicas, acabó sobrepasando el simple hecho de la destrucción del shogunato. Para los hombres que habían hecho posible la Restauración, era de

fundamental importancia el **objetivo de fortalecer el país para enfrentarse con la amenaza procedente del exterior** [...] (HALL, 1988, p.243).

Isto posto, compreende-se que para seguir essa ideologia de fortalecimento do país, ou seja, a sua equiparação ao estrangeiro, as mudanças desse período englobaram vários âmbitos, dentre eles: o econômico, cultural, educacional e político. Assim sendo, é possível avaliar as estratégias japonesas neste momento da Restauração Meiji por meio da formação de um grande consenso em torno do modelo de ‘nação rica, exército forte’. *“A widespread belief in “catching up and surpassing” the West helped elites forge the Meiji era consensus: borrow foreign institutions, learn Western rules, master Western practice.”*(SAMUELS, 2011, p.391-397).

Uma das primeiras alterações realizadas consistia na reestruturação territorial. Ocorreu quando o imperador deixou o palácio em Kyoto e decidiu residir no castelo shogunal, em Edo, fazendo, desse modo, com que os senhores feudais também se realocassem, e que também disponibilizassem seus “exércitos” para o governo (LEGORRETA, 2011, p.191). Tal medida gerou impacto em todas as classes sociais da época.

O governo, então, arcou com as indenizações, e pensões anuais aos *daimyo*<sup>3</sup>, enquanto eles, além de se livraram da responsabilidade de manter os samurais, também tiveram suas dívidas assumidas ou canceladas pelo governo (LEGORRETA, 2011, p.191).

Sem demora, instituiu-se um forte controle administrativo sobre os três *fu* (Tokyo, Kyoto e Osaka) e 302 *ken* (prefeituras), que atualmente ainda existem, contudo em número bastante reduzido. Dentre as mudanças estavam: a criação dos Ministérios, as revisões nos impostos territoriais (ficando 3% com base no valor do território), e os privilégios dos samurais drasticamente reduzidos com o alistamento compulsório para a criação de exército próprio e unificado.

Para apresentar as mudanças no Japão e igualmente entender as instituições e tecnologias ocidentais, foi enviada para os Estados Unidos e para a Europa a Missão Iwakura (1871-1873), com quinze membros. Os objetivos da missão eram: i) primeiro, informar os governos, com os quais o Japão tinha assinado Tratados, sobre a mudança de governo; ii) segundo, buscar revisar os Tratados Desiguais assinados com o governo anterior; e iii) por fim e o mais importante, estudar os sistemas, instituições, culturas e tecnologias do Ocidente. O objetivo de revisão dos tratados foi abandonado com a consciência de que o Japão deveria

---

<sup>3</sup> O governador de um domínio feudal em Tokugawa, Japão. Muitos daimyo deixaram a posição de tomada de decisão para serem apenas ‘retentores’, no entanto, eram considerados um pouco mais do que figuras representativas. Até 1862 eles viveram na capital Tokugawa, Edo.

mudar muito mais antes de atingir este objetivo. O comércio, como uma grande fonte de riqueza, foi um dos principais temas abordados. (TANAKA, 1989, p. 10, 14).

No que tange o âmbito político, a necessidade de uma Constituição surgiu não apenas pela influência do Ocidente, ou mesmo para conseguir seu reconhecimento na qualidade de governo, e assim rever os tratados desiguais, mas também porque dessa maneira a reação da oposição ao governo poderia ser canalizada em formas menos violentas, além de reduzir o perigo de privilegiar os conselheiros ou a realeza nas tomadas de decisões (SIMS, 2001, p.43). Além da Constituição, o Governo Meiji introduziu um esquema de educação fundamental compulsória para ambos sexos em 1872 (SIMS, 2001, p.30-33).

Essa premissa leva em consideração que a partir de 1889, o governo esteve dominado por uma elite de poder, composta pela família imperial, anciões estadistas (*genro*<sup>4</sup>) e a câmara alta (ou de nobres). Assim, a criação da Câmara de Representantes, que seria composta através de eleições, adveio de um feito da Constituição. Essa Câmara Baixa teria igual autoridade da Câmara Alta, e as duas constituiriam a Dieta (Parlamento), cujos poderes estavam restringidos a votação de questões fiscais e orçamentarias (LEGORRETA, 2011, p.203-204).

La Constitución Meiji [...], fue una notable combinación de técnica política occidental y de ideas políticas japonesas tradicionales. [...] El imperador fue legitimado como un monarca absoluto y sagrado, superior al gobierno, a la vez que era la personificación del estado. Todos los japoneses eran súbditos suyos y debían servirle lealmente (HALL, 1988, p.273).

Assim sendo, não havia de fato uma responsabilidade parlamentar, pois o imperador além de reinar, também governava, restando à Dieta o papel de apenas informar os desejos do povo. Contudo, essas mudanças foram significativas, principalmente, no que concerne ao reconhecimento por parte do estrangeiro. A revisão dos “tratados desiguais” parecia mais favorável do que nunca. Até que, em 1894, chegou-se a um tratado com a abolição da jurisdição de extraterritorialidade no prazo de cinco anos e a restauração da autonomia alfandegária japonesa (PANIKKAR, 1965, p.225-226).

Portanto, compreende-se que o processo que consiste o período dentre 1853 a 1871 é marcado por variados conflitos internos, seja eles entre senhores feudais, samurais ou até mesmo na sociedade. Enquanto, o momento contido entre 1871 a 1894, aparentemente mais

---

<sup>4</sup> Um seletto grupo de líderes Meiji que eram reconhecidos como senhores estadistas desde os anos de 1890 e continuaram a aconselhar o Imperador sobre questões políticas, geralmente determinando a sucessão do primeiro-ministro. Até sua morte em 1922, Yamagata Aritomo foi o líder *genro* O último (e desde 1924 o único) *genro* foi Saionji Kimmochi.

pacífico do que o anterior, é o estágio no qual o país é direcionado para um único objetivo principal: o de reconhecimento internacional.

A exemplo desse período de condecoração externa, o Japão firma um tratado comercial com a China em 1871, que também reconhecia a igualdade entre as nações, com base na diplomacia internacional; em 1872, após um incidente ao redor de Taiwan, e através de uma hábil diplomacia, os japoneses assumiram o controle das ilhas Ryukyu; no ano seguinte, colocaram o exército nipônico nas ilhas Bonin (Ogasawara); ao passo que, em 1875, realizaram um contrato com a Rússia, delimitando a fronteira entre os países na Sibéria e assumindo o controle das ilhas Curilas (Kuril Islands) (HALL, 1988, p.277).

### **1.1 Protagonismo japonês no cenário internacional**

O almejo pelo reconhecimento gerou muitas mudanças positivas no cenário interno do país. Contudo, também conduziu parte dos membros do governo japonês a desejarem a Guerra. Especificamente, à Coreia, quando a mesma se opôs ao reconhecimento do governo Meiji. No entanto, os ânimos foram contidos nesse momento. E, em 1876, firmou-se o Tratado de Kanghai (ou tratado da Amizade entre Japão e Coreia). O que também diminuiu a influência chinesa na península coreana, favorecendo o comércio entre o Japão e Coreia (HALL, 1988, p.277).

A importância da Coreia não residia somente em seus recursos materiais, mas fundamentalmente, em seu posicionamento estratégico, pois a península fica entre os três grandes países da região: China, Japão e Rússia. Desta forma, a Coreia era considerada por esses países como um espaço vital de segurança nacional. Principalmente, para a China, ao fazer fronteira com a Manchúria, que além de ser considerada a “pátria” da Dinastia Qing, alguns anos depois, foi a parte mais industrializada da China (PAINE, 2003, p.33).

A abertura da Coreia, estabelecida pelo Tratado de Kanghai, acarretou conflitos políticos internos. Majoritariamente dentre os dois partidos: os **conservadores**, opositores a qualquer reforma e apoiadores do Príncipe Hungson e da rainha Min Syongsong; e o outro, os **progressistas** que defendiam todas as reformas que iriam transformar a Coreia nos moldes dos países ocidentais e do Japão (OLENDER, 2014, p.15). Respectivamente, o primeiro partido detinha o apoio chinês, enquanto o segundo, o japonês (LONE, 1994, p.127)

As oposições dentro do país e os seus próprios problemas internos foram se tornando cada vez mais insustentáveis. Fazendo com que a busca por poder de ambos os lados gerasse uma grande desarmonia na própria sociedade. A instabilidade, então, foi inevitável. Dentre os atritos ocorridos nesse período, é oportuno pontuar o que ocorreu em 1884, quando japoneses - apoiando o golpe contra a família real-, e os chineses, a favor da estabilidade, entraram em conflito (INOUYE, 1895, p.3-5). O resultado disso foi o Convenção de Tientsin (1885), que reconheceu a Coreia como um país independente,

The third clause of the treaty provided that 'if in future there should be in Corea a disturbance or importance affair, and it should be necessary for both Japan and China, or either one of them, do despatch troops, they should first mutually communicate on the matter, and on the subsidence of the affair, the troops should be at once withdrawn and not be permanently stationed'. [...] By this treaty, both the powers clearly recognize Corea as an independent buffer state, over which China has no more rights of suzerainty than Japan. (INOUYE, 1895, p.5).

Entretanto, a influência chinesa continuava de forma predominante na península. Tal fato deixava o governo japonês desconfortável. A Rebelião de Tonghak (iniciada em 1860), que era um misto de idealismo religioso (igualdade humana) junto a indignação com a corrupção do governo, foi a tão esperada oportunidade japonesa (OLENDER, 2014, p.17). Ao chegar no ápice em 1894, espalhada por todo o território nacional, tropas japonesas e chinesas foram enviadas até a península para conter a rebelião.

Todavia, após a contenção da rebelião, o Japão afirmou ser necessário que o seu exército permanecesse na Coreia como medida preventiva, mesmo após a retirada das tropas chinesas do país. Essa argumentação obteve o apoio dos Estados Unidos, visto que o Japão trazia consigo o ideal pró-ocidente, divergindo, claramente, da China (OLENDER, 2014, p.17).

Em razão da Convenção de Tientsin, houveram algumas negociações a respeito da permanência das tropas japonesas na Coreia, contudo a China se posicionou contra. Tal fato concebeu uma situação de tensão, na qual ambos os países recorreram a medidas drásticas, ao aumentar o envio de tropas para a Coreia, e iniciar assim a **Primeira Guerra Sino-Japonesa (1894-1895)** (INOUYE, 1895, p.13-17). No Mapa 1, é possível identificar os pontos nos territórios de ambos os países que estiveram relacionados com essa Guerra.

**Mapa 1 – Primeira Guerra Sino-Japonesa (1894-1895)**



Fonte: LONE, 1994, p.xi.

Nessa condição de guerra, sobretudo, foi um momento em que o Japão pôde demonstrar o que vinha sendo adaptado e desenvolvido a partir do conhecimento provido pelo estrangeiro, particularmente no que refere-se ao setor bélico, possuindo armas mais modernas e uma rígida preparação militar. Por outro lado, a China, ainda encontrava-se debilitada pela Guerra do Ópio. Restando-lhe resistir, o quanto seus recursos permitiam, ao ataque japonês.

Em síntese, essa guerra é tida como uma vitória de rápido alcance pelo Japão (LEGORRETA, 2011, p.214-215), tendo em vista que a proeminência do exército japonês contra o exército chinês, era axiomático (PAINE, 2003, p.175). Não obstante, em decorrência aos alcances obtidos na conquista da península, o Japão, atravessou o Rio Yalu, seguindo até a Manchúria após a batalha em Phonyngyang. Deflagrando, assim, a invasão na Manchúria, e logo a sua ocupação.



A Primeira Guerra Sino-japonesa, compreende, então, um ano de diversas batalhas e três tentativas chinesas de negociação a respeito da guerra. Até que, finalmente, em 19 de Março de 1895, Li Hung-chan, representante da delegação chinesa, viaja até Shimonoseki para negociar com o Primeiro-Ministro Ito Hirobumi sobre a guerra. Contudo, é apenas em 17 de Abril que acorda-se o final da guerra com o Tratado de Shimonoseki, no qual a delineava que a

China agreed to recognise Korea as a sovereign nation, waived the rights to the Liaotung Peninsula, The Pescadores and Taiwan and consented to pay Japan the enormous sum of 200 million taels. [...] These were severe, almost humiliating, conditions on the Peking government, since they meant the loss of Korea as a vassal state, as well as the native Chinese territories of Liaotung, Taiwan and the Pescadores. (OLENDER, 2014, p.161).

Dessa maneira, a Guerra com a China tornou-se um marco no reconhecimento dos países estrangeiros em relação ao Japão. O poderio militar nipônico e suas conquistas saltavam aos olhos dos demais.

Entretanto, essa percepção do Ocidente, do rápido desenvolvimento japonês, influenciou a Rússia, que já possuía interesses na região, a conquistar o apoio da Alemanha e da França para bloquear a conquista japonesa da península de Liaotung, contida no Tratado de Shimonoseki (HALL, 1988, p.278). Esse ato conjunto ficou conhecido como Intervenção Tripla (1895). E, embora o Japão tivesse acabado de se afirmar como um país em ascensão através de suas conquistas, ao se defrontar com esses três países, não lhe restou muitas escolhas, e, por fim, acabou cedendo à Intervenção.

Sem embargo, as condições internas do país estavam caminhando nitidamente para uma melhoria. O investimento na industrialização, como por exemplo, na área têxtil, contava com uma pesada mão de obra feminina e baixos salários, aliando a estrutura ocidental, na qual se acomodava os trabalhadores nas instalações na empresa, juntamente à disciplina japonesa. Embora tenha sido um dos momentos mais desafortunados para a população, os resultados já podiam ser vistos em 1895.

Não é à toa que as mudanças econômicas, políticas e sociais foram primordiais na construção de um alicerce substancial na posição do governo japonês em relação a revisão dos tratados desiguais. Sendo em 1894 negociado com a Inglaterra, um tratado que utilizava da cláusula da “nação mais favorecida”, objetivando

“[...] la abolición de la extraterritorialidade, en los derechos recíprocos de viaje, residencia, navegación y prédica religiosa, así como en las concesiones tarifarias de largo alcance. El tratado entraría en vigor en 1899, con la condición de que las otras

potencias estuvieran de acuerdo, lo que así hicieron. Para 1899, los japoneses lograron recuperar su autonomía tarifaria y para 1911 habían terminado todas las restricciones que les habían impuesto los tratados desiguales” (LEGORRETA, 2011, p.228)

Desse modo, uma das grandes questões havia sido parcialmente solucionada pelo Ministério das Relações Exteriores. Contudo, um outro incômodo surgia em relação à Intervenção Tripla e a China. Entendeu-se que, os três países aproveitaram-se da recessão japonesa no território chinês, para utilizá-lo segundo seus benefícios (LEGORRETA, idem, p.219). A opinião pública nipônica não se calou, causando um grande constrangimento ao governo.

Constata-se que a Rússia tomou vantagem da percepção chinesa de traição em relação aos japoneses decorrente da, então, recente guerra. Aproveitando o momento para reforçar os laços com a China, investindo em construção de ferrovias, e em seguida realizando a ocupação do Port-Arthur (base naval) e Dalni (porto comercial) (PANIKKAR, 1965, p.254-255). A situação entrava em choque direto com os interesses japoneses na região, além de trazer consigo o sentimento de repulsa advindo da intervenção russa e dos demais países ocidentais no Tratado de Shimonoseki.

O receio da expansão russa na região, deixou a Inglaterra, a grande potência da época, em alerta. A aliança que havia se desenvolvido entre Inglaterra e Japão, devido às áreas de cooperação, foram base para que o Japão obtivesse o apoio da Inglaterra para conter a presença russa, não somente na China, mas que também já se alastrava para a península coreana (SOBRINHO, 1990, p. 96). Assim, pedidos para que ocorresse a retirada russa da Manchúria foram realizados, entretanto não obtiveram sucesso. É em decorrência a sua resistência e a pressão pública nipônica, que o então primeiro-ministro Katsura Taro (1901-1906), declara guerra à Rússia. Gerando assim a **Guerra russo-japonesa (1904-1905)**.

Embora a guerra tenha agravado os problemas econômicos de ambos os países, devido aos custos com o setor militar, o Japão conseguiu sair vencedor da guerra. Essa vitória o tornou a primeira potência asiática a derrotar uma europeia. O Tratado de Portsmouth (1905), que teve por mediador o presidente dos Estados Unidos, Theodore Roosevelt, marcou o fim da guerra. Dentre os pontos do tratado ratificado estava a divisão de influência na Manchúria, e a retirada militar russa do Port-Arthur (LEGORRETA, 2011, p.221).

Desse modo, o Império Japonês, assim chamado após as conseqüentes conquistas em guerras, era agora reconhecido não somente no continente asiático, mas também internacionalmente. Possuía bases militares em Formosa, na península de Liaotung, e na Coreia.

Não obstante, em 1905, através do Tratado de Eulsa, a Coreia se torna um protetorado Japonês, sendo formalmente anexada em 1910 (PERALVA, 1990, p.24).

A maior presença (relevância) internacional do Japão ficou mais evidente depois de sua vitória contra um “poder branco” na guerra Russo-Japonesa de 1904-1905. Este fato surpreendeu o Ocidente, ao contrário da derrota da China “amarela” (HOOK et al., 2012, p. 26). Na realidade, Japão passou a ser considerado como uma grande potência<sup>5</sup>.

O frenético desenvolvimento japonês e as vitórias das guerras, fizeram com que o país fosse legitimado e, de certa forma, até admirado por potências ocidentais. A partir de então, o país do sol nascente não se deteve mesmo com a morte do imperador Meiji em 1912. Nas mãos do seu sucessor, o imperador Yoshihito, e consigo a Era Taisho, o Japão participou da **Primeira Guerra Mundial (1914-1918)**, ao lado da Inglaterra.

A Primeira Guerra impulsionou ainda mais o sentimento expansionista nipônico. Sua proeminência militar nesse período, o tornou proprietário de grande parte da Sibéria Oriental, e lhe deu a liberdade de alocar bases navais em diversas ilhas, dentre elas, em Shandong (China) (SOBRINHO, 1990, p. 106). O Japão, dessa forma, reforçou estar em um lugar de prestígio entre as potências da época.

O fim da Primeira Guerra Mundial trouxe consigo o Tratado de Versalhes (1919), possibilitando a divisão “entre o Japão e a Inglaterra da herança alemã no Pacífico, confirmando o acordo anglo-japonês de 1917. [...] o Japão aparecia como uma potência daí por diante dominante, fazendo face a uma América do Norte cada vez mais voltada para o Pacífico” (SOBRINHO, 1990, p. 106-107).

---

<sup>5</sup> “O reconhecimento da condição de grande potência é, normalmente, o prêmio por lutar com sucesso numa grande guerra. A Alemanha, após a Guerra Franco-Prussiana, os Estados Unidos, após a guerra contra a Espanha, e o Japão, após a Guerra Russo-japonesa, são exemplos recentes e familiares” (CARR, 2001, p. 144).

**Figura 1 – Expansão geográfica japonesa até 1930.**

<i>Place</i>	<i>Year in</i>	<i>Year out</i>	<i>Circumstances</i>
Ryukyu Islands	1872–79	Present	Annexed
Kurile Islands	1875	1945	Exchanged for Sakhalin with Russia
Bonin Islands (Ogasawara)	1876	Present	Annexed
Volcano Islands (Kazan-retto, including Iwo Jima)	1891	Present	Annexed
Taiwan	1895	1945	Treaty ending Japan–China war
Karafuto (Southern Sakhalin)	1905	1945	Japan–Russia war settlement
Korea	1905–10	1945	Expanded in stages to colony
Manchuria	1905–32	1945	Expanded in stages to colony
Liaotung, China (Kwantung, including Port Arthur)	1905–10	1945	Ceded to Japan after Japan–Russia war
Shantung, China (Kiaochow)	1914	1922	Ceded to Japan on entering the First World War
Mariana, Palau, Caroline, Marshall Island groups	1914	1945	Seized German islands in the First World War
Sakhalin	1917	1924	Seized during Russian revolution

Fonte: ALEXANDER, 2008, p. 4

Mas, em Versalhes, a reivindicação conjunta sino-japonesa de uma “cláusula de igualdade racial” foi rejeitada pela potencias ocidentais. O Príncipe Saionji, o representante sênior do Japão na Conferência de Paz, acreditava que:

Regional stability was more importante than continental expansion, but he and his delegation also believed it was important to establish norms of equality in the new international order. Japanese businessmen had often been humiliated abroad, and Japanese citizens, whose children were forced to attend segregated schools even in San Francisco, had lost the right to own land in the United States. (...) Woodrow Wilson simply overruled a majority vote that accepted the ‘racial equality clause’ ” (Macmillan, 2002, p. 306-321 apud SAMUELS, 2011, p. 553-559).

Enquanto, de um lado, se pode afirmar que o modelo da “nação rica, exército forte” foi um êxito, de outro, depois da 1a. Grande Guerra ficou patente que o Ocidente via as ambições japonesas com suspeitas. Neste sentido, Samuels defende a ideia de que o Japão substituiu este modelo por um projeto de asianização:

[...] the consensus had become tattered. After a period of domestic violence and intimidation, a new consensus was forged on a less conciliatory response to world affairs. Prince Konoye’s Greater East Asia Co-Prosperity Sphere attracted support from across Japan’s ideological spectrum. Now Japan would be a great power, the leader of Asia” (SAMUELS, 2011, p. 502).

Frente a estas desconfianças e, muito mais, frente a pressões ocidentais, o Japão mais uma vez teve que dar um passo atrás em suas conquistas,

Foi essa expansão japonesa que influenciou para a convocação e a efetivação da Conferência de Washington, em 1921 e 1922, no qual o Japão foi obrigado a recuar, afastando-se de pretensões na China e abrindo mão de suas conquistas na Sibéria. A Conferência de Washington, aliás, foi mais longe, forçando o Japão a aceitar cláusulas de um programa de desarmamento [...] o acordo de Washington tinha como propósito evidente conter o Japão e colocá-lo numa posição de inferioridade, no contexto da política dos mares (SOBRINHO, 1990, p. 106-107).

Atitude essa que, novamente, causou forte comoção da opinião pública, e voltou a pressionar o governo nipônico. A configuração interna dos anos da década de 1920 estava dividida em vários fragmentos: aristocracia, burocracia superior (*mombatsu*), dirigentes do partido político conservador, grandes interesses capitalistas (*zaibatsu*), proprietários de terras e a burocracia militar (*gumbatsu*) (HALL, 1988, p.285). A junção desses interesses dava origem a um grupo de elites, no qual cada um possuía sua fonte de poder, e juntos formavam uma complexa coalização, tido como o “establishment”. Desse modo, afirma-se que haviam, na época, duas correntes internas: a do establishment e a das forças de interesses da massa pelo controle da política.

Porém, ao assumir o trono em 1926, Hirohito, símbolo da Era Showa (Paz Luminosa), não teve pulso forte para regular a diversidade de opiniões internas do país. A, então, corrente militar e ultranacionalista, impulsionados pelas consequências advindas da Grande Depressão de 1929, e o agravamento da falta de recursos do país, fez com que em 1931, algumas forças militares iniciassem uma guerra particular de expansão territorial (PERALVA, 1990, p.26-28). Assim, lutas sangrentas foram travadas na China, chegando até o ponto de transformar a Manchúria em um Estado-fantoches do “Manchukuo”.

**Mapa 2 – Invasão Japonesa à Manchúria (1931)**



Fonte: edmaps.com

Os militares obtinham o apoio da massa, e utilizavam como inspirações os movimentos radicais revolucionários que haviam ocorrido no Ocidente como modelo, em pró de um nacional-socialismo, indo contra os zaibatsus. A ideia de reunir o capital para continuar os investimentos no desenvolvimento japonês e nos demais territórios anexados, baseava-se na ideia do Estado desenvolver as suas próprias indústrias de ferro, aço e química. Dessa forma, não é à toa que cria-se a Companhia de Indústria Pesada da Manchúria em 1937 (LEGORRETA, 2011, p.261-262).

Enquanto no sistema internacional, a Liga das Nações ao assumir uma posição contrária ao comportamento japonês, impulsionou o próprio governo a optar por se retirar da mesma. Não obstante, o Japão também denunciou os acordos internacionais de limitação de armamentos navais, no qual foi forçado na Conferência de Washington<sup>6</sup> (SOBRINHO, 1990, p. 109).

<sup>6</sup> “Na Conferência de Washington em 1922, os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e o Japão puseram-se de acordo quanto a uma força naval à razão de 5:5:3, a Grã-Bretanha aceitando a paridade com os Estados Unidos. O Tratado de Washington expirou em 1936 em consequência dos pedidos de paridade advindos do próprio Japão, e, nos anos subsequentes, os amplos recursos permitiram aos Estados Unidos atingir uma superioridade naval somente ameaçada temporariamente pelo ataque a *Pearl Harbor* em 1941”. (WIGHT, 2002: 15).

Importa ressaltar que, o general Tanaka Giichi, indicado a Primeiro-Ministro por Hirohito na década de 20, estruturou toda a “política continental”. Essa que fora construída por Hideyoshi Toyotomi (1536-1598), e tinha por objetivo a conquista da China e, então, paulatinamente, toda a Ásia. No entanto, essa política só foi formulada, propriamente dita, e de uma forma ainda mais brusca, sob Tanaka. (CHU, 2007, p.37). Os sucessores de Tanaka, deram continuidade à política expansionista. Assim, é através dessa perspectiva que abarca-se a **Segunda Guerra Sino-japonesa (1937-1945)**.

Após conquistar o controle das partes vitais da China, a mesma se negava a render-se. Em 1938-1940 a URSS chegou a conceder 250 milhões de dólares para auxiliar militarmente a China, e dos EUA, Inglaterra e França abriram um crédito de 263,5 milhões de dólares para compra de artigos não militares (PERALVA, 1990, p.33). Ao mesmo tempo, ao ocorrer o ataque alemão à Polônia em 1939, a guerra sino-japonesa passou então a fazer parte de um conflito de dimensão mundial, ou seja, a **Segunda Guerra (1939-1945)**.

Não obstante, com o desenrolar do conflito e a presença Francesa diminuindo no continente, impulsionou o Japão a começar uma expansão militar e econômica no Sudeste Asiático. É sob altas pretensões, que o Japão, então, firma um Pacto de Tripartite com Alemanha e Itália em 1940, no qual assegurava formular uma nova ordem na Ásia Oriental, enquanto Alemanha e Itália fariam o mesmo na Europa e África (LEGORRETA, 2011, p.273).

Assim, por volta de 1941, os Estados Unidos perceberam as nítidas aspirações japonesas, a de que “o governo de Tóquio esperava terminar a guerra com a China e se preparava para avançar para a Malásia (britânica) e as ilhas holandesas (Indonésia), depois ocupar o sul da Indochina e a Tailândia, mesmo correndo o risco de guerra com a Inglaterra e os EUA” (PERALVA, 1990, p.34).

É perante o comando do primeiro-ministro e general Hideki Tojo (1941-1944), que o Japão segue para a conquista do Sudeste Asiático, mesmo com a forte oposição estadunidense. Em consequência do seu ato, o governo nipônico recebeu sanções econômicas e o corte de petróleo advindo do exterior. O grande impasse residia nas negociações realizadas para sanar a dualidade de interesses entre os dois países. Visto que os EUA solicitavam concessões, tidas como humilhantes pelo governo japonês, que residia na retirada de suas tropas da maior parte dos territórios ocupados (LEGORRETA, 2011, p.274-276).

Interessa pontuar que, o Japão via sua expansão como algo que seria proveitoso para os demais países, pois se via como o “agente libertador” das influências ocidentais que os outros

sofriam. Entendia que um tipo de “esfera de prosperidade” seria criada na região, no qual ele seria o líder. Os métodos de imposição da cultura e objetivos japoneses nos outros Estados é tido até hoje como controversos e, em sua maioria, não são bem vistos.

Dessa forma, é à sombra de um viés ultranacionalista que o Japão enfrenta os Estados Unidos, ao atacar Pearl Harbor (1941). Embora os motivos para que o ataque tenha ocorrido sejam diversos, a guerra que se desenvolve a partir deste ponto é amplamente conhecida. Após vários bombardeios, e finalmente, com a explosão de Hiroshima e Nagasaki, que quase dizimou toda a população nipônica, o imperador, que raramente se dirigia ao público, entendeu a necessidade de atuar em pró da rendição em 1945. Após a derrota, o Japão perdeu os territórios conquistados, e o jogo se inverteu, pois o mesmo foi ocupado pelos EUA durante 1945 a 1952 (ALEXANDER, 2008, p. 68), perdendo, dessa forma, toda a autonomia que detinha após anos de esforços.



## 2 UMA POLÍTICA EXTERNA ESTRATÉGICA

A idealização de um planejamento de política externa de um país, por vezes parece uma atividade de natural execução. Contudo, o grande desafio reside na sua aplicação em meio a um ambiente de constantes alterações e concepções. Assim, é possível identificar que o Japão, de forma branda, demonstra através de sua diplomacia, posicionamentos táticos, não apenas para a sua própria manutenção, mas também para alcançar seus objetivos de curto e longo prazo.

Desse modo, a política externa japonesa se torna interessante pela harmonização que exerce através do discernimento e paciência das suas ações. Tornando-se, novamente, indispensável para a sua compreensão, o desenho de uma linha de acontecimentos que englobe os principais períodos de transição.

Nesse ponto, Henry Kissinger (apud INOGUCHI; BACON, 2006, p.1-2) e Kevin J. Cooney (2007, p.23), convergem na condição de que, houveram três pontos de modificação na diplomacia japonesa. A primeira inclui a abertura ao Ocidente e a Revolução Meiji - anteriormente abordada; a segunda integra o período pós-Segunda Guerra, e a terceira reside no pós-Guerra Fria.

Através dessas colocações, Inoguchi e Bacon (2006, p.2), apresentam as mudanças na política externa japonesa através de uma periodicidade de 15 em 15 anos. Sendo essa exposta no decorrer do presente artigo, respectivamente: a Disputa interna entre os pró-aliança aos EUA e a oposição (1945-1960); Doutrina Yoshida ou *free ride?* (1960-1975); *Systemic Supporter* dos Estados Unidos (1975-1990); *Global civilian power* (1990-2005); e por fim, um *Global ordinary power* (2005-2020).

### 2.1 Crescimento japonês pós-45

A derrota pelos Aliados (Estados Unidos, Reino Unido, União Soviética, França e China) instituiu a presença estadunidense no Japão. Liderada pelo general Douglas MacArthur, a ocupação tinha por missão principal a de assegurar que a terra do sol nascente não voltasse a se converter em uma ameaça à paz e a segurança mundial. Portanto, decidiu-se que o país fosse totalmente desarmado e desmilitarizado. Não obstante, fomentou-se a consolidação de valores

democráticos, defendendo a liberdade individual, os direitos humanos e uma economia baseada no mercado<sup>7</sup> (LOZOYA;PALMA, 2011, p.290).

No período de ocupação também formulou-se uma nova constituição (1947). Novas políticas foram instituídas, dentre elas estava a igualdade para as mulheres na educação e voto. A Dieta constituiu-se como órgão supremo do Estado, e a promulgação da Cláusula 9, na qual o Japão renuncia o militarismo e a possibilidade de declarar guerra, é um marco dessa época que permanece até os dias atuais. Embora anos depois lhe fosse permitido criar as Forças de Autodefesa, tendo por base o direito à defesa, essas agiriam de forma bastante limitada (PERALVA, 1990, p.58).

No mais, as reformas, igualmente, obtiveram um longo alcance: na renovação das instituições que regiam as ofertas de trabalho; no gerenciamento de ativos em terra e de capital industrial; na reformulação da política monetária e da área fiscal (MOSK, 2007, p.232-233).

Assim, a democratização ocorreu em diversas medidas, dentre elas, através da asseguaração do direito à organização e liberdade de imprensa, fornecendo abertura para que o Partido Socialista do Japão (PSJ) pudesse se organizar, e ao Partido Comunista Japonês (PCJ) se reunir de forma legal; julgaram-se os criminosos de guerra; e, quanto ao imperador, embora lhe fosse permitido permanecer no trono, teve seu status de divindade reduzido, resultando em uma posição com determinadas regalias, porém sem poder governativo (PERALVA, 1990, p.50-51).

Ao que tange a economia do país, após defasar a concentração de capital do monopólio exercido pelas zaibatsu, os Estados Unidos decidiram deixar nas mãos dos japoneses a reconstrução econômica (ALEXANDER, 2008, p. 72-73). Uma das medidas que permaneceram da época da Revolução Meiji até esse momento, residia na premissa de não aceitar deliberadamente o capital externo. Restringindo, dessa forma, a entrada de capital estrangeiro na economia, essencialmente aos empréstimos públicos, licenciamento de patentes, transferência de informações técnicas, e de know-how. Essa medida de controle, ou limitação, foi fundamental na reestruturação nipônica, principalmente, no que concerne aos programas de desenvolvimento (SOBRINHO, 1990, p. 166-168).

---

<sup>7</sup> Note-se que estas propostas e ações, ressaltando o incentivo para o desenvolvimento de sindicatos, apresentavam a intenção estadunidense de minar as bases da capacidade econômica japonesa concentradas no modelo dos *zaibatsu*. Ainda que não eliminados, os *zaibatsu* passaram a ser denominados de *keiretsu*.

A diversificação dos investimentos não somente aumentou a base produtiva industrial, e consigo o nível de competitividade, mas igualmente incrementou a demanda interna, o que acarretou em um maior poder de compra do povo japonês, logo, um fortalecimento das indústrias básicas de bens de consumo. Não obstante, um ano após a retirada dos Estados Unidos,

En 1953, Japón ingresó al Fondo Monetario internacional (FMI); en 1955, al Acuerdo General sobre Aranceles y Comercio (GATT); y, más adelante, en 1964, a la Organización de Cooperación y Desarrollo Económicos (OCDE). La incorporación de Japón a esos mecanismos multilaterales significó también el acceso expedito a los mercados de materias primas en tiempos de gran dinamismo de la economía mundial. (LOZOYA;PALMA, 2011, p.304).

A concentração dos esforços econômicos é entendido também como uma das consequências da Constituição de 1945 (UEHARA, 2003, p. 3), tendo em vista que o alto investimento do setor bélico, que fora, então, restringido pelo artigo nono, destinou-se às outras áreas. Na concepção de que, com a presença militar e nuclear dos Estados Unidos, o Japão estava livre para alcançar um rápido desenvolvimento econômico, sem ter que se preocupar com investimentos e manutenção de um exército (COONEY, 2007, p. 36).

Dessa forma, o primeiro-ministro Shigueru Yoshida (1948-1954) possuía uma singular perspectiva positiva acerca do artigo nono, vendo-o como algo que favorecia o país. Assim, é através dessa ótica que a política externa adotada nesse período é dada como Doutrina Yoshida.

A Doutrina assumia quatro princípios: o do minimalismo político (abdicando de políticas de segurança); o economicismo (como principal objetivo de política externa); o uso do bilateralismo nas relações internacionais (fornecendo prioridade a aliança político-securitária com os EUA); e a participação em organismo multilaterais, especialmente na Organização das Nações Unidas (ONU), visando melhorar a imagem externa japonesa (SOGARI, 2012, p.8) após sua admissão em 1956.

Conquanto, no primeiro período entre 1945 a 1960, houve uma extensa discussão se o Japão deveria ou não trabalhar juntamente com os Estados Unidos. Existia uma forte resistência interna, pois parte da população sentia-se “humilhada” ao delegar a uma nação estrangeira sua segurança nacional. No entanto, em 1960, mesmo em tal conjuntura, o Primeiro-Ministro

Nobusuke Kishi<sup>8</sup> (1957-1960) passou a revisão do Tratado de Segurança entre Japão-EUA, solicitando, em seguida, sua renúncia da Dieta (INOBUCHI;BACON, 2006, p.2). Porém, a Doutrina só teve ampla aceitação pela população, após o Primeiro Ministro Hayato Ikeda (1960-1964) implantar o plano de duplicação de renda, fazendo com que o ânimo contrário fosse mitigado.

Perante o governo do Primeiro-Ministro Ikeda, notou-se um eminente crescimento econômico. Esse que em síntese consistia:

No desmantelamento geral da economia [...] os bancos, que passaram a exercer papel destacado no recolhimento da poupança e na recuperação das empresas. Enquanto as indústrias tradicionais, como as têxteis e de aço, alcançavam altos níveis de produção, havia crescimento ainda mais espetacular em novos campos industriais, como a construção naval, a eletrônica e os equipamentos fotográficos. Na década de 60, o Japão ultrapassou os suíços na produção de relógios, os alemães nos aparelhos fotográficos, os americanos e os europeus em vários outros produtos eletrônicos e no progresso ferroviário, com o trem-bala (Shinkansen) (PERALVA, 1990, p.64).

A tecnologia japonesa proporcionou uma significativa melhoria na área agrícola, e na produção de eletrônicos, ao ponto que a exportação se tornou o objetivo nacional. Dessa maneira, devido ao seu progresso econômico, o Japão detinha um relevante Produto Nacional Bruto (PNB). Esse que em vinte anos (1950-1970) cresceu em torno de trinta vezes, em números, passando de 10 bilhões de dólares a 200 bilhões (SOBRINHO, 1990, p. 175), fazendo-o ocupar o segundo lugar no mundo não comunista, atrás apenas dos Estados Unidos.

É nessa perspectiva de exportação que, em 1961, o país firma um tratado econômico com a República Popular da China (RPC), baseado na estratégia de Ikeda, que consistia em atuar diplomaticamente com “as duas Chinas”, na qual detinha relações amistosas com Taiwan, ao passo que se mantinha relações econômicas com Pequim (LOZOYA;PALMA, 2011, p.305-306).

Não suficiente, o Japão, de forma semelhante, buscou por novos mercados no Sudeste Asiático, sob a visão expansionista de Ikeda: “se você quer uma fatia maior do bolo, faça um bolo maior”; enquanto isso, a interpretação dos vizinhos, em especial, de um ministro tailandês, utilizava uma expressão pejorativa para definir tal atitude japonesa, na qual descrevia “o japonês como um animal econômico” (PERALVA, 1990, p.64).

---

<sup>8</sup> Note-se que Nobusuke Kishi, avô de Shinzo Abe, tinha sido, no pré-guerra, responsável pelo projeto de desenvolvimento industrial do Manchukuo, Ministro das Munições e participado do projeto de colonização do Leste Asiático. Suspeito de crimes, como “Classe A”, foi preso pelas Forças Aliadas, durante a fase da ocupação. Não condenado, formou seu grupo político com ênfase na proposta de restauração da autonomia japonesa como um grande poder e de retomada do Japão como líder de um novo “asianismo” (HUGHES, 2015).

Com essa postura de alargamento comercial, não é à toa que a primeira iniciativa, propriamente dita de um sistema regional de cooperação na Ásia tenha surgido em 1965, sendo uma área de livre comércio (PAFTA - *Pacific Asian Free Trade Area*) idealizada pelo professor Kiyoshi Kojima (OLIVEIRA, 2002, p.3). Embora essa ação não fora bem sucedida, as motivações que Tóquio possuía ao ter tomado tal iniciativa, residia principalmente no receio de ser deixado de lado com o surgimento de outros blocos regionais ao redor do mundo.

Desse modo, a observação da estratégia política japonesa ao utilizar a Doutrina Yoshida, ou seja, a de focar apenas na economia e deixar a sua segurança a cargo dos EUA, foi tida por De Gaulle como um ato de *free ride* (INOBUCHI;BACON, 2006, p.3). Concepção essa que permaneceu estoicamente até aproximadamente 1975.

Porém, a conjuntura na Ásia na década de 70 começa a demonstrar indícios de mudanças. A reordenação que surge através dos blocos de cooperação, e a visita do então Presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, à China, coloca o Japão em alerta.

## **2.2 Integração Regional e a Ascensão Chinesa**

Os movimentos de integração e cooperação afluem no período da Guerra Fria. Sendo possível, desse modo, dividir em três grandes fases a história da construção de uma instituição na Ásia-Pacífico. A primeira fase, compreende o começo da década de 60 até 1967, caracterizada principalmente pelo desempenho japonês em construir uma cooperação econômica no Pacífico; a segunda engloba de 1968 a 1977, anos esses que testemunharam a gradual disseminação da ideia da cooperação econômica, contudo, apenas situava-se na área acadêmica; por fim, o período de 1978 a 1989 constitui, nitidamente, o crescimento do interesse governamental e do envolvimento da burocracia nas discussões políticas (KOMORI, 2009, p.156-157).

O Japão, assim, mostrou-se ativo nas diversas iniciativas na área de cooperação. Uma ação proeminente, embora não efetivada, reside na criação de uma organização panpacífica, com a ideologia do pan-asianismo embutida, em que o governo japonês visava se consolidar política e economicamente na região. A proposta baseava-se no desenvolvimento asiático para promover o crescimento, e foi idealizada por Morinosuke Kajima, do Partido Liberal Democrata (PLD), na Dieta, em 1960 (MIYAZAKI, 1996, p.130). Antecedendo, assim, a

própria criação do PAFTA. Além de em 1966, o Japão também estabelecer o Banco de Desenvolvimento Asiático.

Isto posto, no que concerne ao PAFTA, embora contasse com a participação do Canadá, EUA, Japão, Austrália e da Nova Zelândia, o acordo não obteve um logro propriamente dito, todavia, o mesmo desencadeou uma conquista: a formação de fóruns a respeito da cooperação entre os países da região. A série de conferências, então, seguem uma lógica de coordenação de políticas econômicas, sendo elas: a *Pacific Trade and Development Conference* (PAFTAD), *Pacific Basin Economic Council* (PBEC) e *Pacific Economic Cooperation Conference* (PECC) (OLIVEIRA, 2002, p.4).

Dessa forma, cada fórum continha uma determinada particularidade de membros, pois enquanto o PBEC, criado em 1967, congregava o empresariado; o PAFTAD era composto maiormente pela academia, tendo sua primeira conferência em 1968; já o PECC, criado em 1980, reunia o empresariado, a academia e a burocracia de cada país (MIYAZAKI, 1996, p.131).

Contempla-se, através dos seus posicionamentos no cenário regional, que o Japão buscava consolidar-se como um líder. Tal fato, por exemplo, é explicitamente visível no governo do primeiro-ministro Takeo Miki (1974-1976), no qual “*defined Japan’s role as a bridge between developing Asian and developed Pacific Rim countries, based on his perception of Japan’s international identity as the only industrialized nation in Asia*” (TERADA, 2001, p. 200).

Não obstante, ainda na década de 60, surge a *Association of Southeast Asian Nations* (ASEAN)<sup>9</sup>, um bloco que na época visava constituir uma aliança anticomunista, voltado para a cooperação econômica (VIZENTINI, 1996, p.184). Contudo, os países do Sudeste Asiático não confiavam plenamente no Japão, devido as experiências de guerra. Baseando-se, fundamentalmente, na tentativa de instauração da “Esfera de Coprosperidade da Grande Ásia Oriental” em que sustentava-se o ideal japonês, e que se tornou um dos principais fatores que o conduziu à Guerra do Pacífico.

A importância da ASEAN para o Japão não só sinalizava a crescente relevância que a região iria tomar no futuro, mas também como isso o ajudaria a voltar a ser um ator global. Um notável momento de tal consideração ocorre, em 1977, quando primeiro-ministro Takeo Fukuda

---

<sup>9</sup> Formada, inicialmente, pela Indonésia, Malásia, Filipinas, Singapura e Tailândia, através da Declaração de Bangkok. Membros posteriores: Brunei Darussalam (1984), Vietnã (1995), Myanmar (1997), Laos (1997) e Camboja (1999).

(1976-1978) anuncia a “Doutrina Fukuda”, que consistia essencialmente na priorização da ASEAN (YOSHIDA, 2004, p.6), e no incremento da confiança e respeito mútuo entre o país e as nações do Sudeste Asiático.

Miki's and Fukuda's ASEAN-oriented diplomacy, inspired by the 1974 Tanaka diplomacy in the region, constituted a favorable environment for their successors to launch a fresh approach to Asia-Pacific economic cooperation. It was necessary that ASEAN countries would recognize Japan as a benevolent contributor to the region, one that did not seek reward and that conducted diplomacy on the basis of equality. [...] Their diplomatic efforts and Japan's growing economic power led to ameliorating Japan's relations with ASEAN and brought about more favorable conditions for Ohira to launch a major initiative for regional economic cooperation (TERADA, 2001, p. 203-204).

Assim, a consolidação do relacionamento com a ASEAN seguia, embora, a passos lentos, para uma maior confiança mútua entre os parceiros. Tal relação ainda é passível de melhoramentos até os dias atuais. Outro marco importante dessa integração aparece na década de 90, com a iniciativa da adesão do Japão, China e Coreia do Sul (ASEAN+3), sendo vital, principalmente, para que os países superassem a crise asiática, essa que será melhor abordada no tópico seguinte.

Entretanto, é após a criação dos diversos fóruns citados, que o Ministério Internacional de Comércio e Indústria (MITI) japonês idealiza, em 1988, uma reunião dos ministros da região para facilitar o comércio. A partir da ponderação a respeito dos ressentimentos dos demais países para com o Japão, o mesmo atua nas sombras do Departamento de Relações Exteriores e Comércio (DFAT) da Austrália, que não somente apoiou, como também liderou a ideia.

Portanto, é através do Primeiro Ministro Robert Hawke (Austrália) que se institui o *Asia-Pacific Economic Cooperation Forum* (APEC), em 1989, visando o fomento da cooperação regional. Dessa forma, diferente dos demais fóruns, a APEC reuniria o setor público, ou seja, os Ministros de Comércio e de Relações Exteriores dos países membros <sup>10</sup> (LEGORRETA apud OLIVEIRA, 2002, p.6).

Compreende-se igualmente a APEC como um espaço no qual os Estados Unidos teriam mais liberdade de ação para promover os seus interesses na região. Visto que, no final dos anos 70, há uma queda de sua influência hegemônica, abrindo, desse modo, espaço para que os países

---

<sup>10</sup> Os membros fundadores foram: Austrália, Brunei Darussalam, Canada, Indonésia, Japão, Coreia do Sul, Malásia, Nova Zelândia, Filipinas, Singapura, Tailândia e Estados Unidos. China, Hong Kong e Taiwan aderiram ao bloco em 1991. México e Papua Nova Guiné afiliaram-se em 1993. Chile em 1994. Enquanto, em 1998, Peru, Rússia e Vietnã se engajaram. Formando, ao total, 21 membros.

asiáticos sem certezas ideológicas, buscassem se reafirmar em face a um divergente contexto internacional (PORTO DE OLIVEIRA, 1995, p.106).

No entanto, a princípio, os membros da ASEAN resistiram em fazer parte da APEC. O receio das imposições dos demais países deveria ser levado em consideração, ou mesmo a sobreposição do próprio bloco na importância da ASEAN. Assim, decidiu-se por medidas que asseguravam o posicionamento dos países do Sudeste Asiático, utilizando as decisões fundamentadas no consenso, tendo em mente os princípios instituídos por eles, tais como a igualdade, equidade e benefício mútuo (KOMORI, 2009, p.162).

No que toca à ascensão chinesa, destaca-se a desconfiança japonesa a respeito dos Estados Unidos desde as negociações (1972) com Presidente Richard Nixon. Quando, por meio de uma promessa, Nixon afirmou que devolveria Okinawa em 1972, e em troca, o Japão deveria, de forma voluntária, reduzir a sua exportação têxtil, para melhorar a balança comercial desfavorável estadunidense. Contudo, em 1971, Nixon anunciou sua visita à República Popular da China, deixando o governo e a população japonesa desconfiados sobre o real posicionamento dos EUA em relação à Ásia. Não suficiente, no mesmo ano, e semelhantemente sem aviso prévio, o Departamento do Tesouro dos EUA suspendeu a paridade dólar-ouro, debilitando, assim, o comércio externo japonês (LOZOYA; PALMA, 2011, p.311-312).

Ainda assim, no mesmo ano da visita do Presidente Nixon, o Japão normalizou as relações com a China, cessando as relações diplomáticas com Taiwan. Tendo consciência de que após a Revolução Cultural liderada por Mao Zedong, Beijing implementou diversas reformas econômicas, o que desencadeou uma abertura externa e novos padrões de desenvolvimento. Sendo sob Deng Xiaoping (1978-1983) que, em 1978,

[...] o país adotou a política das Quatro Modernizações, que consagrou reformas internas como a descoletivização gradual da agricultura, a introdução de uma economia mercantil dentro de uma estrutura socialista e a criação de áreas específicas para a captação de capital estrangeiro e a instalação de empresas transnacionais, destinadas principalmente à exportação, conhecidas, posteriormente, como Zonas Econômicas Especiais (ZEE), geralmente províncias costeiras, onde foram introduzidas legislações próprias para permitir o estabelecimento de determinados mecanismos capitalistas e o assentamento de capitais e empresas estrangeiras. Era o ponto de partida do que Deng Xiaoping denominaria de Economia Socialista de Mercado (VIZENTINI, 1996, p.189).

A mudança da política japonesa em relação a China durante os anos de 1972 a 1989, pode ser compreendida como a *Era of Friendship Diplomacy*, em que, após a normalização de relações com a China em 1972, o Japão atuou de forma conciliatória e cooperativa com a RPC (MOCHIZUKI, 2007, p.746).



Esse posicionamento pode ser melhor entendido ao abarcar-se três elementos: o primeiro seria o forte interesse em aprofundar as relações comerciais com a China, baseado em uma concepção da elite política japonesa que acreditava que a complementariedade econômica faria dos dois países “parceiros naturais”. Não obstante, em 1978 o Japão forneceu um empréstimo financeiro à China, motivado pelo “liberalismo comercial”, com interesse estratégico no desenvolvimento chinês, objetivando que no futuro ela se tornaria uma nação amiga.

Assim, a RPC, através do seu plano essencialmente econômico, associou-se ao movimento dos Tigres Asiáticos. Recebeu investimentos e plantas industriais japonesas e ocidentais. Entretanto, não se pode negligenciar que a RPC já possuía uma base industrial considerável, com base material e estabilidade sócio-política construída pelo regime socialista, podendo ainda aproveitar-se da diáspora chinesa (Taiwan, Hong Kong e Cingapura) e seus imensos recursos financeiros; desse modo, os resultados da abertura não demoraram a aparecer, sendo visíveis na década 80, no qual, em seu final, chegou a atingir um crescimento econômico de 10% ao ano (VIZENTINI, 1996, p.191).

Prosseguindo, o segundo elemento residiria na sua atuação em reconhecer a responsabilidade pelos sérios danos que o país causou através da guerra ao povo chinês. Enquanto o terceiro baseava-se na não competição acerca de segurança com a China, ou em outras palavras, cooperar com os objetivos estratégicos chineses, principalmente, no que concernia a proposição de Taiwan.

Embora tenha se esforçado para se manter alheio aos dois rivais comunistas, China e União Soviética, Tóquio não pôde se abster do pedido chinês em concordar com o “*Sino-Japanese Peace and Friendship Treaty*”, em 1978, que incluía uma cláusula “anti-hegemonia”. Moscou<sup>11</sup> por outro lado interpretou a aliança sino-japonesa como uma estratégia anti-soviética, o que só se agravou depois, com o aumento da cooperação no âmbito da defesa do Japão com Washington na década de 80.

Por outro lado, o Primeiro-Ministro Nakasone Yasuhiro (1982-1987), ficou bastante conhecido por sua camaradagem com o Presidente Reagan, chegando até a receber uma denominação pela mídia nipônica de “relação Ron-Yasu”. Assim sendo, o Japão cobria com

---

<sup>11</sup> Vogel, Ming e Akihito (2002), inclusive, denominaram este período de “a era dourada”, ponderando que o realinhamento estratégico entre China e Estados Unidos possibilitou que Japão e China normalizassem suas relações diplomáticas e mantivessem relações amistosas com os Estados Unidos em oposição à União Soviética.

investimentos e assistência econômica as lacunas que o Pentágono considerasse estratégica para os seus interesses. Contudo, importa salientar que, Nakasone guiava-se pelo objetivo de realizar uma revisão geral do balanço pós-guerra que incluía não somente a mentalidade da população japonesa sobre sua própria segurança, como também a absolvição do sentimento de culpa advinda das ações do passado (LOZOYA;PALMA, 2011, p.324).

A política externa japonesa, então, compreendendo o período de 1975 a 1990, pode ser entendida como a de um *Systemic Supporter*, ou seja, como a de um ator que fornece ajuda para manter a liderança dos EUA no sistema internacional. No entanto, esse suporte baseou-se na área econômica e segurança energética, sendo apenas nos anos 80, voltado mais para o âmbito político e militar. “*Despite all the difficulties associated with the constitutional ban on the use of force for the settlement of international disputes, rhetorical freedom was not in short supply. Nakasone went so far as to characterize Japan as ‘an unsinkable aircraft carrier’.*” (INOBUCHI, 2007, p.40).

Entretanto, o futuro econômico japonês não parecia continuar no mesmo ritmo. Ainda que uma inflexão econômica tenha ocorrido após o Choque do Petróleo (1973), o Japão promoveu uma adaptação, na qual passou os segmentos básicos de indústrias para países periféricos e investiu na especialização da área metal-mecânica (CANUTO, 1999, p.2). Contudo, com o Acordo de Plaza (1985), e “as sucessivas valorizações do iene, a realocação das indústrias nipônicas no exterior e, em particular, o surto especulativo verificado nos mercados de ativos de Tóquio, levaram o Japão a uma crise política e econômica sem precedentes” (TORRES FILHO, 1997, p.6). Assim, esse processo resultou na severa estagnação econômica japonesa na década de 90, que adicionou-se à, então, Crise Asiática.

### **2.3 Década de 90: o declínio japonês**

O desfecho do século XX na região da Ásia-Pacífico, em especial, no âmbito econômico, levou abaixo um vasto arcabouço de deduções, e porque não - de suspeitas - sobre a proeminência financeira japonesa e sua ascensão para o primeiro lugar do ranking mundial. A preocupação estadunidense da ascendência nipônica e suas pretensões enquanto potência econômica no cenário internacional, causava desconforto e desconfiança. Levando até mesmo a cogitar-se o termo *Pax Nipônica*, em 1986, pelo professor de Harvard, Ezra Vogel.

Entretanto, em meio a um ambiente interno e externo de inconstância, a política traçada por Tóquio na década de 90, notavelmente, leva em consideração três perspectivas: a geopolítica, a geoeconomia e a história. No que concerne à primeira, estava o crescimento chinês na região. A reação do Japão consistia no fortalecimento de relações com os EUA; a consolidação de uma relação amistosa com a China, e a prevenção de um movimento de hostilidade entre EUA-China ou de estreitamento entre os dois países, deixando, assim, o Japão de lado.

Por outro lado, na **geoeconomia**, há a Crise Asiática (1997-1998). Porém, para melhor compreendê-la se faz necessário retomar, brevemente, ao padrão de desenvolvimento adotado. Destarte, o Milagre Asiático tende a ser analisado como algo que acontece após a Segunda Guerra Mundial, marco em que as economias asiáticas começam a se industrializar. Contudo, a emergência começa, de fato, em 1868, com a abertura dos portos e o Período Meiji. Condensando-se ao crescimento de longo prazo, o modelo de exportação baseado em tecnologia, alicerçado em uma leve burocracia e financiamento de baixas taxa de juros fornecidos pelo sistema bancário.

Logo, o modelo “*flying geese*”, cunhado pelo economista Kaname Akamatsu, baseia-se em três ciclos: o primeiro em 1930, constitui-se da ideia de deixar de importar substitutos para produzi-los, e depois exportá-los; o segundo, de integração industrial através da mudança comparativa de vantagens; e o terceiro, nos anos 80, consistia na agregação dos demais países asiáticos no caminho de desenvolvimento japonês. Este modelo, então, ilustra como a Ásia alcançou sua transformação econômica, partindo de um trabalho voltado à agricultura e fabricação, ao de tecnologia e serviços (SHENG, 2009, p.46-47).

No Japão, em especial, o modelo de crescimento/endividamento “das empresas e comando governamental da alocação financeira de recursos através dos bancos, instaurou pressões domésticas por desregulamentação e ‘securitização’ das finanças” (CANUTO, 1999, p.7). Sendo a desregulamentação financeira iniciada de forma gradativa na década de 1970. Com a abertura de um segundo mercado para títulos públicos (1978), que resultou em uma limitação de eficácia dos controles de taxas de juros, tendo a sua maior parte liberalizada, somente, na década seguinte. É a partir de então que ocorre a disponibilização dos títulos de dívidas em mercados externos.

Nada obstante, os desequilíbrios advieram da “securitização” e do afastamento dos bancos do financiamento das grandes corporações, ademais da coerção para que os mesmos

passassem a substituir seus antigos clientes por empresas de pequeno porte e negócios imobiliários (CANUTO, 1999, p.7-8). Desse modo, não demorou para que a busca pela não-regularização juntamente ao aperto na política monetária estourasse a bolha econômica.

Isto posto, é possível identificar como grandes causas da ocorrência da Crise Asiática: o excessivo investimento externo, além de elevados empréstimos a curto prazo e redução na competitividade; a inadequada supervisão financeira; a elevada e prematura confiança no mercado dos líderes asiáticos; e a política, que não direcionou recursos para as reformas estruturais (OLIVEIRA, 1999, p.3-4)

Assim, em 1997 toda a região da Ásia Pacífico se encontrava afetada pelo mercado de ações e as variações de câmbio. O produto interno japonês caiu de 5% para 1.6% entre 1996 e 1997. Obuchi Keizo (1998-2000) assumiu o cargo de primeiro-ministro e realizou tentativas para reaquecer o consumo interno, durante a sua administração, o Banco Central também determinou o regime de taxa zero como medida extrema para reativação da economia (LOZOYA;PALMA, 2011, p.338-339).

Desse modo, a Crise afetou a Tailândia, Indonésia, Coreia do Sul e Malásia, e serviu como um medidor de proximidade do Japão com a região. No qual os países esperavam uma liderança japonesa na resolução da crise, devido ao seu porte econômico, no entanto, isso não ocorreu devido aos próprios problemas financeiros que o país enfrentava.

In the fall when the crisis spread to Indonesia (in October) and South Korea (in November), Hashimoto's government had no choice but to coordinate with the United States and IMF. Its international assistance package harmonized with that of the IMF: \$10 billion to South Korea, \$5 billion to Indonesia, and \$4 billion to Thailand. Primarily under the Hashimoto cabinet, Japan's assistance totaled \$44 billion, including funds for private investment, trade financing, help to the socially vulnerable, and support for economic structural reforms. In his ASEAN trip in January 1997, Hashimoto proposed a regular summit between Japan and ASEAN, which triggered ASEAN's invitation of Japan, China, and South Korea. Amidst the financial crisis, it invited the three to the December 1997 Kuala Lumpur Summit, commemorating 30 years. Hashimoto therefore became the first prime minister to attend the ASEAN +3 summit meeting (TOGO, 2007, p.88).

Voltando às perspectivas, e agora finalizando-as, através da dimensão **histórica**, o Japão enfrentava uma difícil reconciliação e criação de uma identidade na Ásia. Reaproximando-se da Rússia e amenizando as questões do passado com os demais países. Em novembro de 1998, as relações com a China e Coreia do Sul sofreram claras tentativas de melhora, com a realização da declaração sino-japonesa "*On Building a Partnership of Friendship and Cooperation for Peace and Development*", em que os países em questão, dentre outras iniciativas, reafirmaram

os tratados anteriores de amizade, e acordaram em criar uma história aceitável e comum (CHU, 2007, p.31).

Por outro aspecto, deve-se realçar também que o Japão era o principal parceiro dos Estados Unidos na Ásia. Assim sendo, o Presidente Bill Clinton (1993-2001), visando a harmonia, priorizou suas relações com a Ásia-Pacífico. Em sua primeira viagem à Ásia, ele visitou o Japão e Coreia do Sul, e realizou um discurso na Universidade Waseda (Tóquio), apoiando a ideia da Comunidade do Pacífico, ressaltando que a ela repousaria sobre a reanimada parceria entre os EUA e Japão (PORTO DE OLIVEIRA, 1995, p.100).

Compreende-se que desde a colocação de Clinton até o final do milênio o Japão não era o mesmo. A década de 1990, em que se criaram tantas expectativas no crescimento japonês, agora, era tida como o decênio perdido. O declínio não poderia ter sido mais duro. Ao passo em que se deparava com uma China crescendo sem limites e uma Coreia do Sul assumindo posições no mercado que antes ocupava.

É em 2001, quando Koizumi Junichiro (2001-2006) se torna primeiro-ministro, que reformas econômicas e políticas pesadas começam a ser empreendidas. Deixando os assuntos financeiros nas mãos do economista Takenaka Heizo, e se dedicando a reestruturação do PLD. Não suficiente, Koizumi através de um discurso em 2002, em sua visita aos países do sul asiático, propôs a ideia da *East Asian Community* (EAC), em que visava a profunda cooperação e aumento da interdependência entre os países asiáticos do Leste (Japão, Coreia do Sul, China e ASEAN); embasada na noção de “diplomacia orientada por interesse” (HOSOYA, 2014, p.148).

Contudo, a proposta não foi para frente. Apesar de Koizumi obter forte popularidade internamente, no âmbito internacional sua imagem sofreu danos, devido ao seu apoio aos Estados Unidos, enviando as forças de autodefesa ao Iraque (2003). Além da sua iniciativa de revisão da Constituição para tornar o Japão um “país normal”, removendo assim o artigo nono, e os protestos contra ele, advindos da China e Coreia do Sul, devido as visitas de prestígio que realizava ao Santuário de Yasukuni<sup>12</sup> (LOZOYA;PALMA, 2011, p.340-341).

Desse modo, entendia-se que o

---

<sup>12</sup> Santuário Yasukuni é o local onde se encontra a “*Class A*” de criminosos das guerras sino-japonesas, termo utilizado para “crimes contra a paz”. Crimes contra a humanidade, como genocídio ou o Massacre de Nanquim são considerados “*Class C*”, enquanto crimes mais comuns como tirar fotos de prisioneiros indefesos, são classificados como “*Class B*”. No entanto, muitos dos criminosos considerados *Class A* japoneses também foram julgados por atos de outras *Classes*.

Support for enhanced Asian regionalism was easier for Japan when its economic prowess afforded it unchallenged leadership ideologically, technologically, and financially. Things became more problematic with the bursting of Japan's asset bubble, a decade of domestic economic torpor, and the country's demonstrable inability to head off the sweeping devastation of the Asian economic crisis. The economic achievements of South Korea, Taiwan, much of Southeast Asia, and eventually the hyper-growth of China also reduced the relative influence of Japan's regional economic muscle. As Japan's enthusiasm for the Asian region was overwhelmed by events in Iraq and North Korea, and as China gained an enhanced appreciation for the benefits of regional leadership, Japanese leadership of the region has been challenged by China (PEMPEL, 2007, p.118-119).

Apesar disso, no novo século, o PLD vislumbrava uma oportunidade de retomar o status perdido. As atividades de Koizumi, demonstravam isso claramente. Era necessário se readaptar. A conjuntura regional e global havia mudado. Dessa vez o país, como de costume, não necessitava lidar com cautela apenas com o Ocidente, mas também com seus vizinhos. A divisão bipolar, que assegurava o posicionamento da Doutrina Yoshida, não existia mais, ou seja, a estratégia de se reservar investimentos para o crescimento e não os destinar ao setor militar, não parecia mais tão viável.

É através dessa perspectiva que uma lenta normalização começa a ser desenvolvida. Surgindo nos anos 90, com a ajuda aos EUA na operação da invasão das forças iraquianas no Kuwait; em seguida, 1992, com a autorização para que a Força de Autodefesa operasse no exterior sob o mandato da ONU; em 1997, quando o Japão forneceu um suporte logístico sobre o seu derredor aos EUA, por causa da forte preocupação de Beijing a respeito das reivindicações sobre Taiwan; enquanto em 2005, o Japão enviou 950 tropas para a Indonésia em uma ação humanitária, devido a um tsunami na região, sendo considerada a maior operação japonesa desde a Segunda Guerra Mundial (CHOONG, 2013, p.49).

Nesse sentido, a política externa não menosprezou as atividades que poderiam lhe fornecer uma visibilidade global. Não é à toa que durante 1990 a 2005, o Japão é tido como um *Global Civilian Power*. Esse termo lhe foi atribuído principalmente pela sua ativa participação em ações de *peacekeeping* e de segurança humana, em resposta a intensificação da ONU nessas atividades nos anos 1990.

A retomada de um sentimento nacionalista, nesse contexto, se torna um marco da sua renovação. Sentimento esse que vai ser utilizado fortemente nos anos seguintes para a obtenção de apoio para revisar a Constituição, ou melhor, o artigo nono, e impulsionar a economia. Dessa forma, pode-se dizer que o Japão entra no século XXI com o pé esquerdo, contudo, visando uma reestruturação fundamental em sua ordenação interna, e, estratégia externa.

### 3 JAPÃO NO CONTEXTO INTERNACIONAL DO SÉCULO XXI

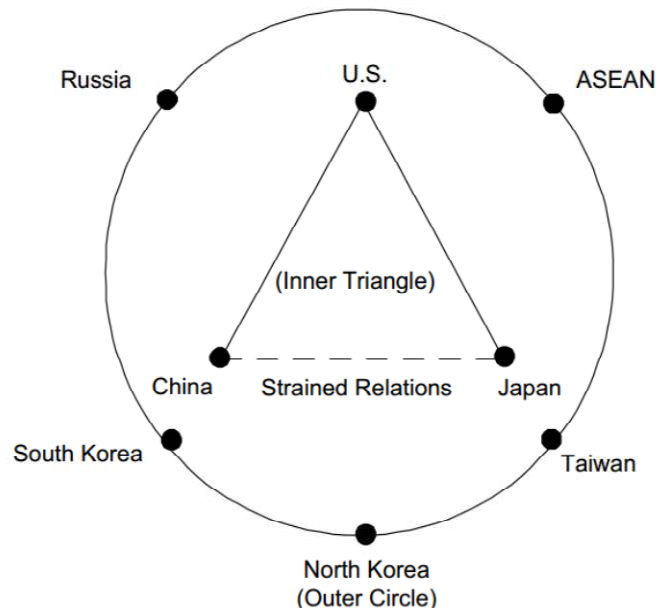
O novo século estava repleto de desafios para o governo japonês. Após a década perdida, e a ascensão dos Estados na região, o Japão, que se encontrava acostumado a uma trajetória de crescimento, enfrentava mais uma vez a tão bem conhecida situação de readaptação. Era necessário reestruturar sua política externa. Melhorar suas forças de Autodefesa. Reafirmar alianças. Desenhar um novo caminho à luz do sol nascente.

Embora o 09/11 tenha influenciado nas preferências de segurança dos Estados Unidos, já existia uma percepção crescente, desde 1993, de que uma “*nuclear umbrella*” poderia não ser suficiente para conter a ansiedade japonesa por defesa (LIM, 2006, p.17). Dessa forma, o Japão não poderia depositar totalmente sua segurança nas mãos norte-americanas da mesma forma. O receio de ser abandonado pelos EUA, em meio a uma perspectiva de insegurança crescente no seu contexto regional, o impulsionava fortemente a tomar as suas próprias rédeas.

The combination of North Korea’s nuclear program, China’s steady rise, and anti-Japanese rioting in China enabled Japan’s conservative nationalists to advance their own strategic and military goals while aligning the country more closely than ever with U.S. goals across Asia. Anxious to make Japan “a normal nation,” conservative politicians and opinion leaders such as Abe Shinzo, Nakajima Mineo, Nakamura Katsunori, Hiramatsu Shiego, Okazaki Hisahiko, Hasegawa Keitaro, and Kase Hideaki moved into more prominent policymaking roles within the party (CHAO;HO, apud PEMPEL, 2007, p.113).

Não obstante, igualmente se tinha o conhecimento de que os EUA não estão aptos à responderem aos avanços da Coreia do Norte como fizeram no Iraque (LIM, 2006, p.18). Visto que, devido a sua parceria militar com a Coreia do Sul, e no que sua ação nesse caso poderia implicar (ademais do suporte chinês à Coreia do Norte), não permite que o país aja livremente para atuar em pró nipônico. Em outras palavras, por mais que o Japão possua o apoio dos Estados Unidos, é sabido que o mesmo detém rígidos limites militares no contexto geopolítico asiático. Essa noção pode ser melhor esclarecida através da Figura 2, que demonstra desde os relacionamentos mais próximos dos Estados Unidos no Nordeste Asiático, com Japão e China, como também as variáveis (Estados) que fazem parte do complexo de segurança da região que influenciam as dinâmicas do espaço em questão.

**Figura 2 - China, EUA e Japão no Complexo de Segurança do Nordeste Asiático**



Fonte: COONEY, 2007, p.152

É a partir dessa perspectiva que Koizumi interveio a favor da revisão da Constituição, especificamente em relação ao artigo nono, objetivando que o país, no período de 2005 a 2020, emergisse como um *Global Ordinary Power* (INOBUCHI, 2007, p.42).

Na construção da nova estratégia diplomática, o então Ministro das Relações Exteriores, Taro Aso, realizou em 2006, uma palestra na qual propunha a ideia de “*Arc of Freedom and Prosperity*”, que projetava a priorização e fortalecimento da cooperação entre as nações do ciclo Eurásia, compartilhando valores (como a democracia, direitos humanos, etc.). Utilizando uma diplomacia orientada por valores, ambicionava-se expandir o olhar geográfico, englobando as nações asiáticas centrais, Estados do Mar Negro, e países do Leste Europeu (HOSOYA, 2014, p.149). Essa proposta igualmente visava reforçar a importância do Japão para os Estados Unidos na região, além de assegurar sua economia. Contudo, a mesma não incluía a participação da China, sendo esses um dos motivos pelo qual a mesma não obteve força na época.

Embora esforços tenham sido realizados para se normalizar as relações com a China, no governo de Shinzo Abe (2006-2007) e de Yasuo Fukuda (2007-2008), é apenas em 2009, com Hatoyama Yukio (2009-2010) que alguma melhoria se torna visível. Representante do Partido Democrático do Japão (PDJ), Hatoyama buscava uma nova política externa que se diferenciava da então regida pelo PLD. Ao optar por um alinhamento estratégico com a China acima das



outras, e por um distanciamento dos Estados Unidos, implementou, assim, a ideologia de “*Fraternity Diplomacy*”.

Todavia, esse posicionamento tornou as relações Estados Unidos-Japão frágeis, pois causou suspeitas e irritação por parte do governo estadunidense. Por outro lado, a RPC não confiava na recente ideia de fraternidade japonesa, porém enxergava tal atitude como um meio em que o Estado poderia ganhar mais do Japão através da pressão, com o país sob administração de Hatoyama (HOSOYA, 2014, p.151-152).

Após o fracasso dessa visão em decorrência da sua impopularidade e não efetividade, Kan Naoto (2010-2011) e Yoshihiko Noda (2011-2012) repararam as relações com os EUA, retomando às relações Japão-EUA como pivô na diplomacia. Um fator importante na administração de Kan Naoto, foi o aceleração da decisão japonesa sobre participar das reuniões sobre o *Trans-Pacific Partnership*<sup>13</sup> (TPP) (SCHOTT, 2014, p.2). Acordo esse que ajudaria o Japão a avançar sua economia doméstica, reforçar seus laços comerciais com os demais países asiáticos, e aprofundar o enraizamento dos Estados Unidos na região, o que favoreceria o contexto geopolítico japonês. Entretanto, é apenas em 2013, sob o governo do primeiro-ministro Abe Shinzo (2012-...), que a participação do país é efetivada no acordo.

Dessa forma, é sabido que o governo de Barack Obama (2009-2017) apresentou ter a Ásia-Pacífico como um de seus pivôs na política externa; chegando até mesmo a se autodeclarar em 2009, como o primeiro “*Pacific president*” da história (CURTIS, 2010, p.170). Assim, o TPP, como também o *Transatlantic Trade and Investment Partnership* (TTIP), sob o controle dos EUA, se tornam ferramentas necessárias para assegurar os interesses do país fora das suas fronteiras (IPEA, 2015, p.15).

Balance requires robust alliances in the region and a willingness to take a strong stance toward China on issues on which such a position is called for. The United States should not underestimate the historic importance of China’s emergence as a major power; nor should it exaggerate its strengths (CURTIS, 2010, p.180).

Isto posto, é possível identificar o TPP, então, como um provável meio de modificar a balança de poder na região, focando principalmente na **influência** dos Estados Unidos (tendo o

---

<sup>13</sup> Advindo do acordo *Trans-Pacific Strategic Economic Partnership* (TPSEP), idealizado inicialmente em 2002, pela Nova Zelândia, Chile e Cingapura; O Chile aderiu ao acordo em 2005, formando, assim, o *Pacific Four* (P4). No entanto, o mesmo só entrou em vigor no ano de 2006. Em 2008, os Estados Unidos por meio do *United States Trade Representative* (USTR) anunciou que iria se juntar ao P4, almejando, dessa forma, criar um acordo comercial do século XXI, tonando esse o maior movimento de integração de toda a região (*Free Trade Area of the Asia Pacific*). Em 2011, através de uma reunião ministerial da APEC, o Canadá, México e Japão pronunciaram-se a favor do tratado. Entretanto, o Japão só foi incluído, oficialmente, nas negociações em julho de 2013.

Japão como apoio), contrapondo, assim, a crescente presença chinesa na região. Embora se saiba que, a presença da China não seja impossível no futuro, há noção de que a sua participação não é uma das prioridades do mesmo (KOIKE, 2015).

Na mesma percepção de *rebalance*, há o interesse da RPC em estabilizar a então chamada Nova Rota da Seda (*Silk Road*) através da iniciativa *One Belt, one Road*, que objetiva criar uma conexão entre os continentes: Ásia, Europa e África. Estendendo, assim, seus “tentáculos” de influência não apenas na Ásia-Pacífico, mas sim, globalmente.

The connectivity projects of the Initiative will help align and coordinate the development strategies of the countries along the Belt and Road, tap market potential in this region, promote investment and consumption, create demands and job opportunities, enhance people-to-people and cultural exchanges, and mutual learning among the peoples of the relevant countries, and enable them to understand, trust and respect each other and live in harmony, peace and prosperity (THE STATE COUNCIL THE PEOPLE’S REPUBLIC OF CHINA, 2015).

Nada obstante, o *Regional Comprehensive Economic Partnership* (RECP) é outro meio fortemente incentivado pela RPC através da ASEAN, sendo, então, igualmente considerado como uma contraproposta ao TPP, por deslocar os vizinhos asiáticos a um outro acordo econômico (HAMANAKA, 2014, p. 1-3).

Enquanto isso, sob a administração de Abe Shinzo, o Japão começa a dar passos mais largos em direção a se tornar um país normal. O comprometimento do atual primeiro-ministro possui raiz em antepassados políticos, explícito na sua publicação, em 2006, *Utsukushi Kuni He (Toward the Beautiful Country)*, no qual esboçava sua visão do brilhante futuro japonês (HSIUNG, 2007, p.195-196), demonstrando seu objetivo de elevar o crescimento do país e, desse modo, retomar o posto de líder econômico regional.

Através dessa ideologia, ao assumir o cargo, Abe Shinzo implementa o plano econômico chamado de “*Abenomics*”. Priorizando extinguir a deflação presente no país, por meio de três círculos virtuosos, que consistem na política monetária agressiva e na política fiscal flexível, além do crescimento de estratégias que encorajem o setor privado de investimento (AMARI, 2013, p. 97).

Dessa forma, o primeiro ciclo visa o melhoramento do ambiente macroeconômico e o aprimoramento do aumento estratégico; o segundo, as melhorias nos ganhos corporativos, para que os salários sofram um aumento, incentivando, dessa maneira, o consumo; e por fim, o terceiro ciclo objetiva a revitalização econômica e a consolidação fiscal, através do aumento em impostos nas receitas e do aumento do risco a longo prazo (AMARI, 2013, p.98-100).

Formulados em 2013, os ciclos idealizam a superação de questões sociais e o crescimento das fronteiras. Além de ter seu progresso monitorado, todos os passos são tomados pelo primeiro-ministro. Isto exposto, com base nessa reforma visa-se um crescimento estratégico no fortalecimento da indústria de base (competitividade), e na criação de uma fronteira doméstica (criar novos mercados) e externa (promover uma integração com a economia global). Além disto, o plano obtendo respostas positivas, o mesmo se tonará uma prescrição econômica que poderá ser apresentada ao mundo como solução para problemas futuros.

Dessa maneira, ao relacionar as modificações econômicas e constitucionais no país, compreende-se a necessidade japonesa em se posicionar de maneira mais assertiva não apenas na região, como também a nível global. Principalmente após a noção de que o governo chinês começou a enfatizar fortemente os problemas históricos na década de 1990, mais do que em qualquer outro momento, demonstrando um posicionamento incisivo, baseado em seu crescimento e decaída econômica japonesa (TAKEUCHI, 2014, p.13-14).

Em 2010, a RPC tomou a posição, até então, ocupada pelo Japão, de segunda maior economia do mundo. Em setembro de 2012, as relações sino-japonesas foram inflamadas por um antagonismo a respeito das Ilhas de Senkaku/Diaoyu. Afetando até mesmo, com menor intensidade, o relacionamento EUA-China.

A percepção das frases utilizadas pelo presidente chinês, Xi Jinping: “renascimento de uma grande China” e “sonho chinês”; conjuntamente à posição do governo em defender seus interesses principais em forma de soberania e de recursos naturais, estão vinculadas ao objetivo de Estado de atingir o status de poder global (MIYAMOTO, 2014, p.2)

With its wealth of historical recollections and its abundance of ideologically and geopolitically inspired wariness, China feels great unease regarding its future and its continued existence. Naturally, this feeling of wariness, to a considerable extent, derives from the difficulties that China faces in its own internal administration, since China's domestic problems are so many, so great, and so severe. Nationalism is thus an important vehicle for the promotion of internal unity within China. More often than not, China's stubborn attitude towards other countries is related to nationalism. Maintaining an inflexible attitude towards other countries requires China to strengthen its military power—and as it strengthens its military power, its attitude towards other countries becomes even more stubborn (MIYAMOTO, 2014, p.3).

A situação, então, desenvolve-se para um dilema de segurança, no qual cada Estado procura se equiparar ou superar militarmente, considerando o investimento em segurança dos demais países vizinhos (TAKEUCHI, 2014, p.13-14). Destarte, evidente que as cicatrizes históricas chinesas assolam as relações sino-japonesas até o presente século.

China, too, needs to break away from its nineteenth- and twentieth-century historical view and its power-politics-based world view, and rid itself as quickly as possible of the obsessions it harbors, which have been inflicted on it by history and which are fueled by ideological and geopolitical considerations. (MIYAMOTO, 2014, p.6).

É por intermédio de uma batalha de *soft power*<sup>14</sup>, que se identificam dois posicionamentos: enquanto a China, por meio do seu discurso de ascensão pacífica, argumenta que o desenvolvimento de seu exército reside apenas em sua política de defesa; o Japão também utiliza-se do lema de “curso pacífico” (por não ter entrado em conflitos desde a Segunda Guerra Mundial), defensor da liberdade, democracia, direitos humanos, e promotor do desenvolvimento econômico e tecnológico na Ásia (HAGSTRÖM, 2015, p.131-133).

No entanto, existe uma desconfiança chinesa em relação à revisão do artigo 9º, explícita em um comentário do embaixador chinês em Israel: “*Japan is in danger of once again turning toward militarism. If the international community just sits and watches, Japan’s militaristic history may repeat itself*” (GAO, 2014 apud HAGSTRÖM, 2015, p.132). À mesma medida em que o Japão não enxerga com bons olhos o elevado investimento militar chinês, juntamente a sua reação diplomática dos últimos anos para com Tóquio, ademais das disputas territoriais.

Nota-se, então, um *clash of nationalism*, resultante de ambos os países estarem reforçando suas ideologias nacionais. No caso chinês, atrelado ao sentimento “anti-imperialista” (resultado das invasões sofridas), o país busca não passar pela mesma situação de humilhação novamente (LI, 2012, p.105). Idealizando, assim, se tornar um Estado forte no âmbito político-econômico e militar. Ao passo que, Tóquio se encontra atrelada à possível ascensão da extrema direita japonesa, que é pró-imperial e pró militar (HSIUNG, 2007, p.205-206).

Complementarmente, existe a visão de *clash of dreams*, em que a China possui um lema de se rejuvenescer, retomando sua posição central no mundo, livre de *foreign bullying or interference*; à medida que o Japão possui o objetivo de se restaurar, através da revisão constitucional, e logo, se tornar um país normal. Porém, os japoneses identificam que há um anseio chinês em bloquear a sua influência no cenário internacional, como quando vetaram, em 2005, o assento permanente do país no Conselho de Segurança da ONU (AMORIM; LUCENA DA SILVA, 2014, p.82); além de que, o governo chinês acredita que o rejuvenescimento deva proporcionar também uma **justiça histórica** (WANG, 2014, p.16-17).

Desse modo, considera-se a rivalidade entre a RPC e o Japão igualmente como um impedimento crítico para o desenvolvimento da cooperação financeira da Ásia-Pacífico. Em

---

<sup>14</sup> Termo cunhado por Joseph S. Nye na década de 1990.

razão das divergências, ou melhor, dos choques de interesses. “*On the other hand, both China and Japan contributed to the establishment of ASEAN+3 in the late 1990s, but they conflicted with each other on an ASEAN+3 based East Asia Summit (EAS) in 2005.*” (PARK, 2014, p.70).

Por conseguinte, um ponto de *rebalance*, similarmente pode ser percebido através da aproximação do Japão com a Índia pelo tratado *Global Partnership between Japan and India*, ratificado em 2000. Considerando que, na mesma medida em que a Índia visava contrapor a relação sino-paquistanesa, Tóquio ansiava diversificar seus parceiros no setor de segurança (AMORIM; LUCENA DA SILVA, 2014, p.82). Ambos compartilhando do mesmo receio em relação ao crescimento e interesse chinês.

Não obstante, atualmente, o Japão vem investindo em relações bilaterais. Principalmente na área de defesa, assinando acordos de transferência de equipamento militar com outros países, ademais dos Estados Unidos. Com a Grã-Bretanha, em Julho de 2013, Austrália, em Julho de 2014, Índia, em 2015, e, recentemente, com as Filipinas em 29 de Fevereiro de 2016 (TATSUMI, 2016).

A flexibilização japonesa no que tange a exportação de armas, influencia diretamente a percepção chinesa de ameaça, visto que tal posicionamento impulsionará a indústria militar do Japão. É sabido, portanto, que a revitalização da indústria de defesa japonesa não é o que a China deseja ver. Embora Abe alegue que tais mudanças fazem parte de sua política de “pacifismo proativo” (TIEZZI, 2014); o Representante do Ministério das Relações Exteriores da RPC, Hong Lei, em uma conferência no dia 1 de Abril de 2014, quando indagado sobre sua opinião a respeito da remodelação sobre os três princípios relativos à exportação de armas<sup>15</sup> japonês, comentou:

What policy Japan pursues in the military and security fields reflects where Japan is headed. It also has a bearing on the security environment and strategic stability of the region, hence high attention from us. We hope that the Japanese side could draw hard lessons from history, take seriously the security concern of its Asian neighbors, conform to the trend of times, follow a path of peaceful development and do more to uphold peace and stability of the region (MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF THE PEOPLE’S REPUBLIC OF CHINA, 2014).

---

<sup>15</sup> Política instituída na Dieta, em 1967, na qual não autorizava o Japão a exportar armas para qualquer país: parte do bloco comunista; sob embargos do Conselho de Segurança; ou que estivesse envolvido ou susceptível de entrar em conflitos internacionais.

Isto posto, se torna inegável que a tensão nas relações sino-japonesas reflete em novos reengajamentos táticos. E, embora tenha ocorrido uma tentativa de amenizar o contencioso das ilhas, ao reconhecer a disputa territorial das ilhas Senkaku/Diayou em 2014, todavia, observa-se até o presente momento que as animosidades permanecem.

Assim, percebe-se a dificuldade em analisar as relações entre a RPC e o Japão (PARK, 2014; HAGSTRÖM, 2015; TAKEUCHI, 2014). Ocasionalmente em possíveis previsões do que pode ocorrer em um futuro próximo. A partir de uma perspectiva, acredita-se que a China procura se tornar um Estado hegemônico no nordeste asiático, e que os EUA devem se manter atentos a possibilidade de uma nova configuração regional, contudo, isso dependerá de como ela irá lidar com sua economia nos próximos anos (MEARSHEIMER, 2007, p.373). Em contrapartida, há outra prerrogativa de que os Estados Unidos devem estar mais cautelosos com o Japão do futuro. Sendo necessário assegurar que a China não se esfacele, pois quanto mais fraca ela se tornar, mais livre o Japão ficará (FRIEDMAN, 2012, p.220).

No longo prazo, um país tão economicamente grande e vulnerável como o Japão, terá de procurar um meio de garantir seus próprios interesses. Todavia, isso não tem de ser na próxima década e a estratégia norte-americana deve ser prolongar a dependência do Japão pelo maior tempo possível. Quanto mais tempo o Japão continuar dependente dos Estados Unidos, mais influência este último terá na política japonesa, e assim, poderá moldá-la. [...] Os Estados Unidos devem ter cuidado para não pressionar (FRIEDMAN, 2012, p.221).

Isto posto, a noção da política externa estratégica japonesa em relação à ascensão chinesa pós década de 90, pode ser analisada como um possível ciclo histórico, pois da mesma forma em que o país do sol nascente percebeu no século XIX suas vulnerabilidades em comparação às potências ocidentais, agora, o Japão se depara com um país vizinho que o coloca em posição de alerta. Essa percepção pode levá-lo a investir pesadamente em sua autodefesa, com um objetivo baseado no *hard power*, ou talvez, o impulsione a revisar seu passado e procurar construir um ambiente mais cooperativo na região, sem ter que necessariamente contrapor os interesses dos demais países.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos anos o Japão demonstrou sua capacidade de revitalizar-se a cada queda. A subestimação dessa grande potência, então, se torna não apenas errônea como também ingênua. Tendo por base o aparato desenvolvido neste trabalho, notou-se uma política externa que não pode ser apenas enquadrada como reativa, mas também como estratégica.

No primeiro momento, almejou-se demonstrar a visão tática do país ao se deparar com potências que não poderia estar a par no âmbito econômico e militar. O Japão, então, compreendeu que seria necessário desenvolver-se a partir da existência do outro, ou melhor, dos outros. A Revolução Meiji, marco fundamental dessa mudança, alinhou essas novas necessidades à identidade japonesa.

Em seguida, como um Estado mais forte e desenvolvido, observou-se suas participações nas guerras da época. Demonstrando, assim, que o país tinha retomado a noção de grande Império que outrora se considerava. Nesse período, houve o então almejado reconhecimento internacional, conseguindo a revisão dos tratados desiguais e sendo reconhecido como um Estado asiático que poderia se equiparar aos do Ocidente.

No segundo momento, no entanto, abarca-se o período pós-Segunda Guerra. Esse que detém um Japão político e economicamente abatido, depois de um forte impulso de conquista territorial proveniente de grupos específicos do âmbito interno, que resultou em uma barreira militar imposta (antigo nono), principalmente, pelos Estados Unidos.

Todavia, tal situação é analisada igualmente como um estágio de táticas silenciosas. Ao passo que, o país não possuía a necessidade investir no âmbito da segurança, o seu enfoque residiu em desenvolvimento tecnológico e infraestrutura (Doutrina Yoshida). Alcançando, em poucas décadas, o status de grande potência econômica. Além de que, ao perceber a formação de blocos econômicos, o mesmo começou a construir métodos para se tornar o líder do movimento de integração na região.

No último, realizou-se a contextualização dos anseios e perspectivas da política externa japonesa, em virtude da sensação de vulnerabilidade regional e da sua parceria com os EUA. Estado considerado como grande parceiro, no começo do presente século, direcionava sua atenção ao Oriente Médio, restringindo seu escopo de segurança e apresentando interesse na ascensão chinesa; ao passo que, o Japão passava por uma forte deflação e problemas internos decorrentes disso.

O passado, então, voltou para assolar o presente na relação sino-japonesa, em conjunto com problemas não resolvidos a respeito das ilhas de Senkaku/Diaoyu. Ademais de problemas com os países vizinhos. Conduzindo, desse modo, o país a buscar reforçar a revisão constitucional que o impede de se tornar normal e realizar parcerias bilaterais no âmbito da segurança com a Índia, por exemplo.

Ao fim do atual trabalho assimila-se que a política japonesa em relação à China ainda traz muitas incógnitas, levando em consideração o interesse nacional de cada país e os problemas históricos envolvidos. No entanto, se a situação pode passar de um dilema de segurança até o de ambiente cooperativo na região, isso vai depender fundamentalmente de como o Japão irá lidar com a ascensão chinesa. Assim, se o Japão irá reagir da mesma forma como fez no século XIX, ou seja, silenciosamente se equiparar ao crescimento da RPC, ou se irá assumir um posicionamento nacionalista, de extrema-direita, isso só as futuras análises de conjuntura poderão dizer.



## REFERÊNCIAS

- ALEXANDER, Arthur. *The Arc of Japan's Economic Development*. Padstow: TJ International, Ltd, 2008, p.68-91.
- AMARI, Akira. "Japan is Back". *Asia-Pacific Review*, 20:2, 2013, p. 96-100.
- AMORIM, Wellington; LUCENA DA SILVA, Antonio Henrique. "Japan and India: soft balancing as a reaction to China's rise?" *Revista Brasileira de Política Internacional*. Special Edition, 2014, p. 73-90.
- CANUTO, Otaviano. "A Crise Financeira Japonesa". In: DISSONÂNCIAS SINO-JAPONESAS DIANTE DA CRISE FINANCEIRA ASIÁTICA, 1999, IEA, São Paulo: USP, 1999, p. 1-10.
- CARR, Edward H. *Vinte Anos de Crise: 1919-1939. Uma Introdução ao Estudo das Relações Internacionais*. Brasília: EDUNB, IPRI, IOESP, 2001.
- CHOONG, William. "Japan's New Politics". *Survival: Global Politics and Strategy*. 55:3, Routledge, 2013, p. 47-54.
- CHU, Yung-deh Richard. "Historical and Contemporary Roots of Sino-Japanese Conflicts". In: HSIUNG, James C. *China and Japan at Odds: Deciphering the Perpetual Conflict*. 1rt. Ed. – New York: PALGRAVE MACMILLAN™,2007. p. 81-94.
- COONEY, Kevin J. "The Legacy of the Occupation". In: COONEY, Kevin J. *Japan's Foreign Policy Since 1945*. New York: M.E. SHARPE, 2007, p.21-37.
- CURTIS, Gerald L. "Getting the Triangle Straight: China, Japan and the United States in an Era of Change". *American Foreign Policy Interests*, 32, 2010, p. 169-182.
- FALLOWS, James. What Is a 'Class-A War Criminal'? More on the Yasukuni Controversy. 2014. Disponível em: <<http://www.theatlantic.com/international/archive/2014/01/what-is-a-class-a-war-criminal-more-on-the-yasukuni-controversy/283004/>>. Acesso em 15 de Jun. 2016.
- FRIEDMAN, George. *Os 10 próximos anos*. In: FRIEDMAN, George. Tradução de Celso Roberto Paschoa. São Paulo: Novo Conceito Editora. p.201-230.
- HAGSTRÖM, Linus. "The Sino-Japanese battle for soft power: pitfalls and promises". *Global Affairs*, Vol.1, nº2, 2015, p. 129-137.
- HALL, John Whitney. *Historia Universal Siglo XXI: El Imperio Japonés*. Madrid: Siglo XXI de España Editores. Vol.20, 9º ed, 1988, p. 214-300.
- HAMANAKA, Shintaro. "Trans-Pacific Partnership versus Comprehensive Economic Partnership: Control of Membership and Agenda Setting". No. 146. December 2014. *Asian Development Bank*, p. 1-20.
- HOOKE, G.D.; Gilson, J; HUGHES, C. W.; DOBSON, H. *Japan's International Relations: politics, economics and security*. New York: Routledge, 2012.
- HOSOYA, Yuichi. "Japan's Two Strategies for East Asia: The Evolution of Japan's Diplomatic Strategy". *Asia-Pacific Review*, 20:2, p. 146-156.
- HSIUNG, James C. "Periscoping the Future: Will China and Japan ever be like France and Germany?" *China and Japan at Odds: Deciphering the Perpetual Conflict*. 1rt. Ed. – New York: PALGRAVE MACMILLAN™,2007. p. 193-221.

HUGHES, Christopher W. *Japan's Foreign and Security Policy under the 'Abe Doctrine': new dynamism and new dead end?*. New York: Palgrave Macmillan, 2015.

INOUCHI, Takashi. "A call for a new Japanese foreign policy: the dilemmas of a stakeholder state". *International Affairs*, 90:4, 2014, p. 943-956.

INOUCHI, Takashi. "Japanese Strategic Thought toward Asia in the 1980s". In: ROZMAN, Gilbert; KAZUHIKO, Togo; FERGUSON, Joseph (eds.). *Japanese Strategic Thought Toward Asia*. New York: Palgrave Macmillan, 2007, p. 35-55.

INOUCHI, Takashi; BACON, Paul. "Japan's emerging role as a 'global ordinary power'". *International Relations of the Asia-Pacific*. Vol. 6, N.1, p. 1-21, 2006.

INOUE, Jukichi. *A Concise History of the War between Japan and China*. Tokyo Tsukiji Type Foundry, 1895, p. 1-26.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Ipea). "Parceria Trans-Pacífico: Um acordo megarregional na fronteira da regulação do comércio internacional?" Brasília: Ipea, 2015.

KOIKE, Yuriko. How the TPP can transform Japan's economy. Disponível em: <<http://www.japantimes.co.jp/opinion/2015/11/03/commentary/japan-commentary/tpp-can-transform-japans-economy/#.V9Cn1jswi01>>. Acesso em 15 de set. 2016.

KOMORI, Yasumasa. "Asia's Institutional Creation and Evolution". *Asian Perspective*, vol.33, n.3, 2009, pp151-182.

LEGORRETA, Omar Martínez. "De la Modernización a la Guerra". In: Coord. TANAKA, Michiko. *Historia Mínima de Japón*. México, D.F.: El Colegio de México, 1º ed, 2011, p. 181-272.

LI, David; KISSINGER, Henry; FERGUSON, Niall; ZAKARIA, Fareed. *O século XXI pertence à China? Um debate sobre a grande potência asiática*. Tradução de Bruno Alexander. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

LIM, Robyn. "Japan spirals into insecurity". *Far Eastern Economic Review*, September, 169, 7, 2006, p. 17-22.

LONE, Stewart. *Japan's First Modern War: Army and Society in the Conflict with China, 1894-95*. London: The Macmillan Press Ltd., 1994, p.123-141.

LOZOYA, Jorge Alberto; PALMA, Victor Kerber. "Japón Contemporáneo". In: Coord. TANAKA, Michiko. *Historia Mínima de Japón*. México, D.F.: El Colegio de México, 1º ed, 2011, p. 287-339.

MEARSHEIMER, John J. *A Tragédia das Grandes Potências*. Tradução de Tiago Araújo. Gradativa Publicações, 1º ed., 2007, p. 369-374.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. Foreign Ministry Spokesperson Hong Lei's Regular Press Conference on April 1, 2014. Disponível em: <[http://www.fmprc.gov.cn/mfa\\_eng/xwfw\\_665399/s2510\\_665401/2511\\_665403/t1143219.shtml](http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/xwfw_665399/s2510_665401/2511_665403/t1143219.shtml)>. Acesso em 10 de out. 2016.

MIYAMOTO, Yuki. "Averting a Crisis between Japan and China: A New Way of Thinking". *Asia-Pacific Review*, 21:1, 2014, p. 1-9.

- MIYAZAKI, Silvio Yoshiro Mizuguchi. “Regionalismo no Pacífico Asiático: integração econômica orientada pelo comércio externo”. *Revista de Economia Política*, vol. 16, nº1, jan/mar, 1996. p. 128-141.
- MOCHIZUKI, Mike. “Japan’s Shifting Strategy Toward the Rise of China”. *Journal of Strategic Studies*, 30:4-5 (2007), p. 739-776.
- MOSK, Carl. “Japan in the new international economic order”. In: MOSK, Carl. *Japanese Economic Development. Markets, Norms, Structures*. Abingdon: Routledge, 2008, p.223-241.
- NYE, Joseph S. “The Nye Report: six years later”. *International Relations of the Asia-Pacific*, 1, 2001, p. 95-103.
- OLENDER, Piotr. *Sino-Japanese Naval War 1894-1895*. Sandomierz: STRATUS, s.c., 2014.
- OLIVEIRA, Henrique Altemani. “A Crise Asiática e a China”. In: DISSONÂNCIAS SINO-JAPONESAS DIANTE DA CRISE FINANCEIRA ASIÁTICA, 1999, IEA, São Paulo: USP, 1999, p. 1-10.
- OLIVEIRA, Henrique Altemani. “Processos de Cooperação e Integração na Ásia-Pacífico”. *Revista Cena Internacional*. Ano 4, nº1, 2002. p. 2-21.
- PAINE, S. C. M. *The Sino-Japanese War of 1894-1895: Perceptions, Power and Primacy*. U.S. Naval War College. New York: Cambridge University Press, 2003, p. 21-60, 165-196.
- PANIKKAR, K.M. *A Dominação Ocidental na Ásia*. Tradução: Nemésios Salles. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1965, p.214-226, 241-260.
- PARK, Jinsoo. “Critical Strategic Practice and Sino-Japanese Pluralized Regional Leadership: Collective Leadership, Competitive Coexistence and a Blocking Power Relationship”. *Japanese Journal of Political Science*, Vol.15, 2014, p. -69-89.
- PEMPEL, T.J. “Japanese Strategy under Koizumi”. In: ROZMAN, Gilbert; KAZUHIKO, Togo; FERGUSON, Joseph (eds.). *Japanese Strategic Thought Toward Asia*. New York: Palgrave Macmillan, 2007, p. 79-104.
- PERALVA, Osvaldo. *Um Retrato do Japão*. São Paulo: Moderna, 1º ed., 1990, p. 10-77.
- PORTO DE OLIVEIRA, Amaury. “As Dissonâncias Sino-Japonesas”. In: DISSONÂNCIAS SINO-JAPONESAS DIANTE DA CRISE FINANCEIRA ASIÁTICA, 1999, IEA, São Paulo: USP, 1999, p. 1-10.
- PORTO DE OLIVEIRA, Amaury. “Duas Visões da APEC (Conselho Econômico da Ásia-Pacífico)”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 38 (1), 1995, p. 99-116.
- PYLE, Kenneth B. “Profound Forces in the Making of Modern Japan”. *The Journal of Japanese Studies*. 32 (2), 2006, p-393-418.
- PYLE, Kenneth B. *Japan Rising. The Resurgence of Japanese Power and Purpose*. New York: Century Foundation Book, 2007.
- SAMUELS, Richard J. *Securing Japan: Tokyo’s Grand Strategy and the Future of East Asia*. Ithaca: Cornell University Press, 2011.
- SCHOTT, Jeffrey J. “The United States, Japan, and the Trans-Pacific Partnership”. In: JAPAN-US COMMON ECONOMIC CHALLENGES. 2014. Peterson Institute for International Economics. Washington, DC, p. 1-17.

SHENG, Andrew. *From Asian to Global Financial Crisis*. New York: Cambridge University Press, 2009, p.44-70, 303-324.

SIMS, Richard. *Japanese Political History since the Meiji Renovation 1868-2000*. New York: Palgrave, 2001, p. 25-34.

SOBRINHO, Barbosa Lima. *Japão: o capital se faz em casa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2º ed., 1990, p. 33-189.

SOGARI, Mário Augusto Brudna. “A Política Externa do Japão no Século XXI: Rumo a uma Nova Doutrina Diplomática?” 2012. 44 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Porto Alegre.

TAKEUCHI, Hiroki. “Sino-Japanese relations: power, interdependence, and domestic politics”. *International Relations of the Asia-Pacific*. Vol. 14, 2014, p. 7-32.

TANAKA, Kyoko. “On the Periphery of the World: Japan’s Internationalisation in Historical Perspective”. *Papers in Japanese Studies*. National University of Singapore. 5, 52, 1989.

TANAKA, Michiko. “Época Moderna Temprana”. In: Coord. TANAKA, Michiko. *Historia Mínima de Japón. México*, D.F.: El Colegio de México, 1º ed, 2011, p. 159-180.

TASUMI, Yuki. Why Japan’s Defense Deal With the Philippines is Unique. 2016. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2016/03/why-japans-defense-deal-with-the-philippines-is-unique/>>. Acesso em 10 de out. 2016.

TERADA, Takashi. “Directional leadership in institution-building: Japan’s approaches to ASEAN in the establishment of PECC and APEC”. *The Pacific Review*, Vol.14, No. 2, 2001, p. 195-220.

THE STATE COUNCIL THE PEOPLE’S REPUBLIC OF CHINA. Full text: Action plan on the Belt and Road Initiative. 2015. Disponível em: <[http://english.gov.cn/archive/publications/2015/03/30/content\\_281475080249035.htm](http://english.gov.cn/archive/publications/2015/03/30/content_281475080249035.htm)>. Acesso em 15 de set. 2016.

TIEZZI, Shannon. Japan Loosens Restrictions on Arms Exports As China Looks On. 2014. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2014/04/japan-loosens-restrictions-on-arms-exports-as-china-looks-on/>>. Acesso em 11 de out. 2016.

TOGO, Kazuhiko. “Japan’s Strategic Thinking in the Second Half of the 1990s”. In: ROZMAN, Gilbert; KAZUHIKO, Togo; FERGUSON, Joseph (eds.). *Japanese Strategic Thought Toward Asia*. New York: Palgrave Macmillan, 2007, p. 79-104.

TORRES FILHO, Ernani Teixeira Torres. “A crise da economia japonesa nos anos 90: impactos da bolha especulativa”. *Revista de Economia Política*, vol. 17, nº1, (65), jan-mar, 1997, p. 5-19.

UEHARA, A. R. *A política externa do Japão no final do século XX: o que faltou?* São Paulo: Annablume, 2003, p. 1-7.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. “Desenvolvimento e segurança na Ásia-Pacífico: Problemas e perspectivas, da Pax Americana ao pós-guerra fria”. *Revista Indicadores Econômicos FEE*, v. 23, n. 4, 1996, p. 180-200.

VOGEL, Ezra F. “Pax Nipponica?” *Foreign Affairs*, 64(4), 1986, p. 752–767.

VOGEL, Ezra F; MING, Yuan & AKIHIKO, Tanaka. *The Golden Age of the U.S.-China-Japan Triangle, 1972-1989*. Cambridge: Harvard University Asia Center, 2002.

WANG, Zheng. "Perception gaps, identity clashes". In: ARAI, Tatsuhi; GOTO, Shihoko; WANG, Zheng. *Clash of National Identities: China, Japan, and the East China Sea Territorial Dispute*. Washington: Woodrow Wilson International Center for Scholars, 2013. p. 9-18.

WIGHT, Martin. *A Política do Poder*. Brasília: EDUNB, IPRI, IOESP, 2002.

YOSHIDA, Tadahiro. "East Asian Regionalism and Japan". IDE APEC Study Center. Working Paper Series 03/04, n.9. Mar, 2004, p. 01-27.